

INFORMATIVO SENASA

Edição 05 - Janeiro / Junho 2025

CÂMERAS CORPORAIS

TREINAMENTO COM TÉCNICAS DE DOMÍNIO DO EQUIPAMENTO

COMPRASSUSP

DADOS DISPONÍVEIS PARA CONSULTA POPULAR NA PLATAFORMA SEGURANÇA TRANSPARENTE

FORÇA NACIONAL

APREENSÃO DE MAIS DE 10 TONELADAS DE DROGAS EM 2024

ENSINO

QUALIFICAÇÃO CONTÍNUA DOS PROFISSIONAIS DE SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA (SUSP)

FONAR, BNBO

3ª JORNADA NACIONAL DE INTEGRAÇÃO DE DADOS

ESCOLA SEGURA

DIFUSÃO DE DENÚNCIAS RECEBIDAS



SECRETARIA
NACIONAL DE
SEGURANÇA PÚBLICA

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO Povo BRASILEIRO



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Ministro da Justiça e Segurança Pública
Enrique Ricardo Lewandowski

Secretário Nacional de Segurança Pública
Mario Luiz Sarrubbo

Chefe de Gabinete da SENASP
Marcio Bruno Rios Diniz

Diretora de Ensino e Pesquisa - DEP
Michele Gonçalves dos Ramos

Diretor da Força Nacional de Segurança Pública - DFNSP
Fernando Alencar Medeiros

Diretora de Gestão do Fundo Nacional de Segurança Pública - DGFNSP
Camila Pintarelli

Diretora de Gestão e Integração de Informações - DGI
Vanessa Fusco Nogueira Simões

Diretor de Operações Integradas e de Inteligência - DIOPI
Rodney da Silva

Diretora do Sistema Único de Segurança Pública - DSUSP
Isabel Seixas de Figueiredo

Coordenadora-Geral de Administração / SENASP

Camilla Rodrigues Marques

Coordenação de Relações Institucionais / SENASP

Bruno Santos de Oliveira

Coordenação de Planejamento Estratégico e Avaliação / SENASP

Priscilla Oliveira

Coordenação de Análise Técnica e Integridade / SENASP

Cristina Mosquetta de Moraes

EQUIPE EDITORIAL

Alcemir Coelho da Silva - PMAM

Ana Amélia Jacó de Souza Nascimento - PMAM

Ana Gabriela Mendes Serra da Silva - PMAP

Gabriel Gonçalves Dias Diniz - PCMG

Gabriel Silva Araújo - Senasp/MJSP

Igor Rodrigues Coelho - PMMA

Jonilda Bonfim - Senasp/MJSP

Renan José Almeida Amaro - BMPA

Vânia Spindola Arantes da Silva - PMGO

Wagner Henrique Varela da Silva - PMPB

Zulmíro José Machado Filho - Senasp/MJSP

Diagramação

Alcemir Coelho da Silva - PMAM

Revisão

Jonilda Bonfim - Senasp/MJSP

Sumário



04

CÂMERAS CORPORAIS Treinamento com técnicas de domínio do equipamento



28

COMPRASSUSP Dados disponíveis para consulta popular na plataforma Segurança Transparente



35

ENSINO Qualificação contínua dos profissionais de Sistema Único de Segurança Pública (SUSP)



FONAR, BNBO 3ª Jornada Nacional de Integração de Dados



43

FORÇA NACIONAL Apreensão de mais de 10 toneladas de drogas em 2024



46

ESCOLA SEGURA Difusão de denúncias recebidas



Foto: Isaac Amorim/MJSP

POLICIAIS MILITARES PARTICIPAM DE ENCONTRO SOBRE CÂMERAS CORPORAIS E USO DA FORÇA

O treinamento, que se encerrou na quarta-feira, 5 de fevereiro de 2025, padronizou técnicas e nivelou os conhecimentos do grupo que atua como multiplicador das técnicas de domínio do equipamento nas unidades federativas

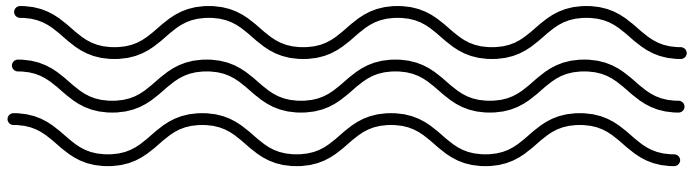


CÂMERAS CORPORAIS

Policiais militares concluíram, no dia 5 de fevereiro, o Encontro Técnico sobre Câmeras Corporais e Uso da Força, ocorrido na sede do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), em Brasília (DF). O objetivo do evento foi nivelar os conhecimentos do grupo que atua como multiplicador das técnicas de domínio do equipamento nas unidades federativas.

O treinamento foi promovido pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) e reuniu 61 agentes, de 15 unidades federativas. Durante o encontro, os participantes discutiram os desafios e os benefícios da adoção da tecnologia, analisaram casos práticos e aprofundaram conhecimentos sobre as diretrizes e as normas estabelecidas em 2024 pelo MJSP.

"Precisamos de regras bem definidas e é isso que estamos construindo de forma coletiva. Estamos erguendo esse projeto a muitas mãos, assim como fizemos com o decreto sobre uso da força e, posteriormente, com a portaria", disse a diretora do Sistema Único de Segurança Pública, da Senasp, Isabel Figueiredo, durante a abertura do curso



Para a diretora, o mais importante é que a temática da capacitação representa não apenas um projeto de governo, mas um projeto de Estado. "Ele só funciona quando há engajamento e colaboração de todos, pois se trata de um tema essencial para a instituição como um todo".

Em janeiro, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, publicou uma portaria para regulamentar o decreto sobre o uso da força, editado em dezembro. As novas diretrizes estabelecem critérios para o emprego de armas de fogo, de instrumentos de menor potencial ofensivo e de gerenciamento de crises. De acordo com o documento, o uso da força deve ser sempre proporcional à ameaça enfrentada, com prioridade a técnicas de negociação para minimizar riscos desnecessários.





Foto: Pei Fon/Agência Alagoas

ALAGOAS RECEBE R\$ 9,7 MILHÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DE CÂMERAS CORPORAIS

Projeto já beneficiou a Polícia Militar do Rio Grande do Norte e a do Piauí, por meio de convênio com a Senasp. Estados também receberam equipamentos de menor potencial ofensivo, voltados para a qualificação do uso da força



Alagoas (AL) foi contemplado com R\$ 9,7 milhões do edital do Projeto Nacional de Câmeras Corporais, da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp). O repasse para a aquisição do equipamento, que será utilizado pela Polícia Militar alagoana, ocorreu após análise rigorosa do cronograma estabelecido no plano de trabalho do estado. O empenho da verba já foi feito e a unidade da Federação pode iniciar as etapas seguintes de contratação dos serviços.

Para ter acesso aos valores, Alagoas atendeu às regras do edital, lançado em novembro de 2024, e se adequou às diretrizes e à norma técnica estabelecidas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), publicadas em maio daquele ano. O estado também recebeu R\$ 2,6 milhões em equipamentos de menor potencial ofensivo, previstos no projeto de qualificação de uso da força, sendo 480 armas de incapacitação neuromuscular e 5.995 espargidores de spray de pimenta.

De acordo com o secretário Nacional de Segurança Pública, Mario Sarrubbo, a iniciativa representa compromisso com a valorização dos profissionais de segurança pública por meio da disponibilização de equipamentos adequados. "Essa é uma questão de Estado. Estamos ao lado dos secretários estaduais de segurança pública, compreendendo suas demandas e promovendo políticas que valorizam tanto o trabalho dos profissionais da área quanto a preservação da vida", disse. Segundo ele, segurança pública significa proteger a população e os profissionais que atuam diariamente nessa missão.

Segundo a diretora do Sistema Único de Segurança Pública, Isabel Figueiredo, o avanço da política de câmeras corporais e de uso da força "representam uma oportunidade de qualificação dos serviços prestados à sociedade, valorizando os policiais e qualificando as evidências criminais".

Investimento

Além de Alagoas, as Polícias Militares do Rio Grande do Norte (RN) e do Piauí (PI) já foram contempladas no projeto de câmeras corporais e qualificação do uso da força. Ao estado potiguar foram repassados R\$ 11,4 milhões; além de 463 armas de incapacitação neuromuscular e 7.120 espargidores de spray de pimenta, adquiridos por R\$ 2,6 milhões.

Já o Piauí foi contemplado com câmeras corporais no valor de R\$ 8,6 milhões e recebeu 850 armas de incapacitação neuromuscular e 5.053 espargidores de spray de pimenta, que custaram R\$ 4,1 milhões.



Qualificação do uso da força

Em janeiro, o MJSP anunciou o investimento de cerca de R\$ 120 milhões na aquisição de instrumentos de menor potencial ofensivo, incluindo 249 mil espargidores de pimenta e 22.736 armas de incapacitação neuromuscular — o que suprirá mais de 50% das necessidades das forças de segurança. A pasta também oferecerá cursos e treinamentos para formar cerca de 4,5 mil profissionais multiplicadores, que participarão de 110 edições de treinamentos em 2025 e em 2026. Essas iniciativas vão aprimorar o uso adequado desses dispositivos.

Distribuição

Em relação ao edital para aquisição de câmeras corporais para as Polícias Militares, lançado em novembro de 2024, Alagoas, Rio Grande do Norte e Piauí já cumpriram todos os requisitos e receberam os recursos para o convênio. As demais unidades federativas aptas a receber os recursos, caso cumpram todas as exigências, são Acre (AC), Bahia (BA), Distrito Federal (DF), Pará (PA), Paraíba (PB), Pernambuco (PE), Rio de Janeiro (RJ), Rio Grande do Sul (RS), Roraima (RO) e São Paulo (SP). Atualmente, as propostas dessas unidades estão em análise pela Senasp.

As unidades da Federação estão sendo avaliadas com base em critérios específicos, como o volume de ocorrências policiais atendidas e a experiência prévia com o uso de câmeras corporais. A distribuição dos recursos será feita conforme a seguinte estrutura, baseada no efetivo de policiais militares de cada unidade federativa:

- Eixo 1: até 2,1 mil câmeras para instituições com mais de 20 mil policiais;
- Eixo 2: até 1,5 mil câmeras para instituições com efetivo de 15 mil a 20 mil policiais;
- Eixo 3: até 1 mil câmeras para instituições com efetivo de 9 mil a 15 mil policiais;
- Eixo 4: até 800 câmeras para instituições com efetivo de 7 mil a 9 mil policiais;
- Eixo 5: até 600 câmeras para instituições com efetivo de 5 mil a 7 mil policiais; e
- Eixo 6: até 300 câmeras para instituições com menos de 5 mil policiais.

Ata de registro de preço

Paralelamente ao edital de câmeras corporais também está em andamento, no MJSP, um procedimento licitatório para abertura de ata nacional de registro de preços para comodato da solução de câmeras. Até o momento, 16 estados manifestaram interesse e receberão 33.975 câmeras corporais. Além disso, a Força Nacional planeja adquirir mais 2 mil unidades, totalizando 35.975 equipamentos, com um investimento estimado em R\$ 209.812.032, provenientes do Fundo Nacional de Segurança Pública.

Os estados que solicitaram adesão ao projeto são: Acre (AC), Alagoas (AL), Amazonas (AM), Amapá (AP), Pará (PA), Rondônia (RO), Roraima (RR), Tocantins (TO), Pernambuco (PE), Ceará (CE), Paraíba (PB), Piauí (PI), Sergipe (SE), Mato Grosso do Sul (MS), Rio de Janeiro (RJ) e Paraná (PR). Entre esses, Roraima e Paraíba já confirmaram a utilização dos repasses fundo a fundo para essa finalidade.

Para garantir que os equipamentos não fiquem obsoletos devido à rápida evolução tecnológica, o MJSP optou pelo modelo de comodato. Com essa modalidade, as câmeras poderão ser substituídas sempre que houver atualizações, assegurando a modernização contínua do sistema.





Foto: Divulgação

POLICIAIS MILITARES DO DF PARTICIPAM DO CURSO DE USO DA FORÇA E CÂMERAS CORPORais

Aprimorar os conhecimentos dos policiais militares e promover mais segurança para a sociedade é o objetivo da 11ª e 12ª edições do curso de Câmeras Corporais e Uso da Força: Princípios e Práticas, que começou na segunda-feira (17) e vai até sexta-feira, 21 de março, na Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF).

Participaram das duas turmas 80 profissionais, que também tiveram lições do manejo de instrumentos de menor potencial ofensivo, como a arma de incapacitação neuromuscular e espargidor de spray de pimenta. Na grade do curso há ainda noções de transparência, de prestação de contas e de respeito aos direitos humanos, ministradas por meio da sensibilização, do treinamento técnico e do alinhamento com as melhores práticas nacionais e internacionais de segurança pública.

O curso é uma iniciativa da Diretoria do Sistema Único de Segurança Pública (Dsusp), da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp). A diretora da Dsusp, Isabel Figueiredo, visitou os alunos do curso, na quarta-feira (19), e destacou a parceria entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e a Polícia Militar do Distrito Federal na capacitação dos profissionais.

"A PMDF é uma polícia que tem histórico importante no uso da força, em um regramento muito alinhado com a nossa nova portaria, com o nosso novo decreto. É importante ter esse contato com o profissional da ponta, que é quem vai atuar, implementar e usar os equipamentos que vamos doar", disse Isabel.

Até 2026, estão previstas 110 edições do curso, com a formação de 4,5 mil profissionais, que atuarão como multiplicadores dos conhecimentos.

A comandante-geral da PMDF, coronel Ana Paula Barros Habka, parabenizou a Senasp "pelo excelente trabalho na capacitação dos nossos policiais, que constantemente estão sendo atualizados". Ela destacou que é essencial que os policiais militares estejam sempre em contato com as novas tecnologias.

Tomada de decisão em contextos de crise

O coordenador-geral de Governança e Gestão do Susp (CGSusp), Márcio Mattos, destacou que a capacitação tem um componente central, que é trabalhar a tomada de decisão dos policiais em contextos de crise. Ele ressaltou que, mais do que aprender a utilizar os equipamentos, é necessário saber como utilizá-los em contextos de atendimento de ocorrência, de eventos críticos.

"Muitas vezes, os policiais não têm a orientação sob ponto de vista cognitivo, neurológico e psicológico, de como tomar decisões rápidas em contextos de crises. Esse curso trabalha a tomada de decisão também a partir de uma perspectiva de análise e simulação de cenários", explicou Mattos.





Foto: Divulgação

HACKATHON DE SOLUÇÕES PARA A SEGURANÇA PÚBLICA ENTRA NA FASE FINAL

Competidores da maratona de programação puderam, por três dias, aprimorar os protótipos que prometem ajudar no enfrentamento da criminalidade e na melhoria da qualidade de vida dos profissionais da área

Começou na terça-feira (18/3) a etapa final da primeira edição do Hackathon – Tecnologias Disruptivas para a Segurança Pública. Vinte e seis projetos permanecem na maratona de desenvolvimento de sistemas para a criação de soluções tecnológicas que possam apoiar a implementação de políticas públicas de enfrentamento à criminalidade e de melhoria da qualidade de vida dos agentes.

A proposta é transformar a realidade da segurança pública por meio de inovações tecnológicas. A competição desafia os participantes a desenvolverem projetos em três áreas principais: uma plataforma de colaboração entre cidadãos e polícia; um sistema de rastreamento de objetos roubados; e um sistema de autoavaliação de saúde mental. A fase final conta com a participação de mais de competidores das cinco regiões do País.

Os projetos selecionados para esta etapa decisiva foram avaliados com base em critérios técnicos como criatividade e originalidade, relevância e impacto, execução e funcionalidade, viabilidade de implementação do protótipo, segurança e privacidade, escalabilidade e sustentabilidade.

A premiação total do hackathon será de R\$ 52,5 mil, distribuída entre os três melhores projetos de cada desafio proposto. Os primeiros colocados receberão R\$ 10 mil, os segundos R\$ 5 mil e os terceiros R\$ 2,5 mil.

O Hackathon – Tecnologias Disruptivas para a Segurança Pública é uma iniciativa pioneira da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP).

A secretária Nacional de Segurança Pública substituta, Isabel Figueiredo, recepcionou os finalistas na terça-feira, no Palácio da Justiça, em Brasília (DF). As equipes finalistas puderam, de terça-feira até esta quinta-feira (20), aprimorar os protótipos apresentados na fase anterior para apresentá-los à comissão julgadora.

“Quando convidamos a sociedade civil e os profissionais de segurança pública para desenhar projetos, formular normas e desenvolver soluções, estamos fortalecendo a nossa capacidade de construir algo realmente significativo”, disse, considerando que os competidores contarão com o apoio de colaboradores do MJSP e poderão receber orientação de profissionais convidados.

Ela destacou, ainda, que a integração entre sociedade civil e profissionais de segurança pública é essencial para a formulação de políticas efetivas e sustentáveis e que a construção coletiva é um princípio fundamental da democracia e um caminho seguro para o sucesso das iniciativas. “Em uma democracia, precisamos caminhar juntos, compartilhando responsabilidades e perspectivas. É assim que garantimos resultados mais sólidos e eficazes”, completou Isabel.

VENCEDORES DO HACKATHON DE SEGURANÇA PÚBLICA SÃO PREMIADOS EM CERIMÔNIA NO PALÁCIO DA JUSTIÇA

ANÚNCIO DAS EQUIPES PREMIADAS NA MARATONA DE PROGRAMAÇÃO OCORREU QUINTA-FEIRA (20/3), EM BRASÍLIA (DF). OS FINALISTAS DISPUTARAM EM TRÊS MODALIDADES, COM SOLUÇÕES INOVADORAS PARA A ÁREA

Foram anunciados, nessa quinta-feira (20/3), os vencedores do primeiro Hackathon – Tecnologias Disruptivas para a Segurança Pública. O Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) premiou nove soluções inovadoras que contribuirão para o enfrentamento da criminalidade, o atendimento à população e a melhoria das condições de trabalho dos profissionais da área. A maratona de programação, promovida pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), reuniu equipes de todas as regiões do País. Ao todo, foram distribuídos R\$ 52,5 mil em prêmios.

O diretor do Sistema Único de Segurança Pública substituto (Dsusp), Márcio Mattos, explicou que a competição foi planejada para fazer a diferença em uma área central para a sociedade, que é a segurança pública, e que o desenvolvimento de novas tecnologias pode melhorar a prestação do serviço.

“O que nós vimos aqui foi justamente isso: pessoas de diferentes perfis, universitários, profissionais de segurança pública, acadêmicos, pensando soluções para a segurança pública. Em especial, vimos muitos estudantes engajados em um propósito comum, que é desenvolver soluções práticas, inovadoras, para auxiliar na prestação de serviço da área de segurança pública”, disse.

Na ocasião, Mattos anunciou que a segunda edição do Hackathon está planejada para o primeiro semestre de 2026. “A qualidade dos projetos apresentados e o engajamento de todos foi tamanho que nos motiva para a segunda edição. Ficamos tão satisfeitos com a adesão, com os resultados, que mais do que um planejamento, agora já é um compromisso”, informou.

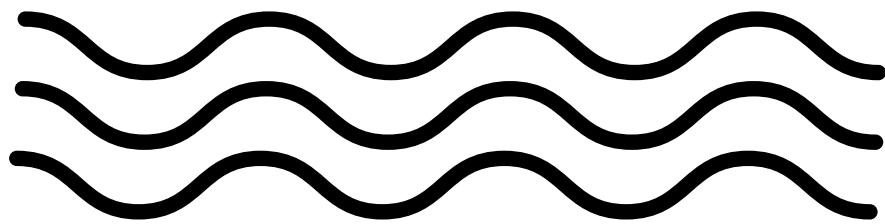


Foto: Isaac Amorim/MJSP

DESTAQUE PARA AS MULHERES

A secretária de Direito Digital (Sedigi), Lílian Cintra de Melo, comemorou a participação feminina na competição, ao afirmar que a área de tecnologia costuma ser um ambiente bastante masculino, inclusive no MJSP, apesar de ter muitas colegas mulheres liderando diretorias na pasta.

“Vejo aqui vários rostinhos femininos e, neste março, em que celebramos o Mês da Mulher, que a gente também possa, cada vez mais, promover essa participação feminina e ocupar esses espaços, porque eles também nos pertencem e nos ajudam”, disse.



HACKERS DO BEM

O Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp) será um dos destinatários das ideias apresentadas na competição. A diretora de Gestão e Integração de Informações (DGI), Vanessa Fusco, ressaltou que o hackathon vem do nome de maratona de hackers. “Vocês são hackers do bem, pois apresentaram boas soluções para fazermos uma segurança pública mais cidadã, que realmente atenda tanto o profissional que está na ponta, o policial, quanto, claro, o cidadão que é para quem se destina todo o nosso trabalho”, acrescentou.



RESULTADO DO PRIMEIRO HACKATHON: TECNOLOGIAS DISRUPTIVAS PARA A SEGURANÇA PÚBLICA

DESAFIO 1 - PLATAFORMA DE COLABORAÇÃO ENTRE CIDADÃOS E POLÍCIA

1º lugar Mais Seguro (DF): Marcelo José de Oliveira Santo, Leonardo Almeida Ribeiro, José Damião Pereira Faustino e Marco Antonio Rocha Nunes.

2º lugar SOS Cidadão (SP): Lucas Henrique de Lima Santos, Marcos Hipolito dos Santos e Idelson da Silva Gonçalves.

3º lugar Denúncia Anônima 4.0 (CE): Deusimar Lopes do Nascimento Filho.

DESAFIO 2 – SISTEMA DE RASTREAMENTO DE OBJETOS ROUBADOS

1º lugar Alô Polícia (PA): Kim Lima de Lima, Manoel Paulo de Oliveira Pimenta, Fantiny Santos dos Santos, João Samuel Dias Santos e Sainy Gabriel Rosa Dias Antonio.

2º lugar Achei! (PE): Luiz Barros da Silva Neto, Samuel David Cruz Vasconcelos, Saulo Carvalho Antunes da Cruz, Alessandro Galvão do Nascimento Filho e Vinícius de Carvalho Pereira.

3º lugar Rasor Rastreamento: Sistema de Objetos Roubados (PI): José Alberto da Costa e Silva, Ramon Vítor Cardoso de Abreu, Ytalio Gomes Ribeiro Mendes, Joaquim Carvalho Filho e Lívia Tainá Alves de Brito.

DESAFIO 3 – PLATAFORMA DE AUTOAVALIAÇÃO DE SAÚDE MENTAL

1º lugar Ajuda + (PA): José Nilson Silva dos Santos, Rafael da Silva Monteiro, Rosemíro Guedes de Sousa, Thiago Wellington Cardoso Syade e Andreza Michelli Brito da Silva.

2º lugar Policie: Sua Plataforma de Autoavaliação e Autocuidado (RS): Daiane Raquel Kist Back, Flávio Castagna Freitas, Pauline Schwarzbold, Gilson Augusto Helfer e Júlio Sérgio Frantz.

3º lugar Escuta Ativa: Fique Safo (AL): Ana Carolina Beltrão Peixoto, Kerchenn Elteque de Oliveira Pereira, Leonardo Augusto Caetano Toledo e Mariana Cesar Gois Caetano Toledo.



PARAÍBA ADERE AOS PROJETOS NACIONAIS DE CÂMERAS CORPORAIS E USO DA FORÇA; INVESTIMENTO É DE R\$ 7,6 MILHÕES



Fotos: Jamile Ferraris/MJSP

DURANTE CERIMÔNIA NA CAPITAL JOÃO PESSOA, LEWANDOWSKI DESTACOU QUE OS EQUIPAMENTOS GARANTEM A PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS E DOS POLICIAIS E PRESERVAM AS PROVAS. OUTROS TRÊS ESTADOS JÁ RECEBERAM RECURSOS DO EDITAL LANÇADO EM NOVEMBRO DE 2024

A Paraíba oficializou, nesta sexta-feira (21/3), a participação no Projeto Nacional de Câmeras Corporais e no Projeto de Uso da Força, do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). O investimento total é de R\$ 7,6 milhões, com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública.

O estado será beneficiado com R\$ 5 milhões para a contratação de câmeras corporais, conforme previsto no edital lançado em novembro de 2024. Os recursos, destinados à Polícia Militar, foram liberados após a avaliação do plano de trabalho e da conformidade com as diretrizes e norma técnica estabelecidas pelo MJSP. A assinatura da adesão ocorreu durante a inauguração da primeira Sala Lilás do Brasil, em João Pessoa (PB), pelo programa Antes que aconteça.

Além desse aporte, a Paraíba receberá 6.973 espargidores de pimenta, avaliados em R\$ 683 mil, e 444 armas de incapacitação neuromuscular, no valor de R\$ 1,8 milhão, totalizando R\$ 2,4 milhões para equipamentos de menor potencial ofensivo como parte do Projeto de Uso da Força.

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, presente na cerimônia de adesão do estado aos programas, reforçou que é um equívoco pensar que as câmeras corporais são uma ferramenta contra os policiais, pelo contrário, são instrumentos que resguardam os próprios agentes de acusações infundadas, e o cidadão contra eventuais excessos.

“Além disso, elas cumprem um terceiro papel fundamental: a preservação da prova. Em situações como apreensões de drogas e armas, flagrantes de crimes ou acidentes, as imagens captadas servirão como evidências a serem utilizadas no processo judicial”, explicou.

Sobre o uso da força, Lewandowski ressaltou que a força policial deve ser empregada de maneira razoável, sempre priorizando a proteção do cidadão. “Antes de recorrer ao uso letal, é essencial que os agentes tenham à disposição alternativas não letais para conter aqueles que estejam infringindo a lei”, afirmou.

Investimento

Além da Paraíba, as Polícias Militares de Alagoas (AL), do Piauí (PI) e do Rio Grande do Norte (RN) já foram contempladas. O estado alagoano recebeu R\$ 9,7 milhões para o convênio de câmeras corporais e R\$ 2,6 milhões em equipamentos de menor potencial ofensivo, previstos no projeto de qualificação de uso da força — sendo 480 armas de incapacitação neuromuscular e 5.995 espargidores de spray de pimenta.



CÂMERAS CORPORAIS

Já ao estado potiguar, foram repassados R\$ 11,4 milhões; além de 463 armas de incapacitação neuromuscular e 7.120 espargidores de spray de pimenta, adquiridos por R\$ 2,6 milhões.

O Piauí foi contemplado com câmeras corporais no valor de R\$ 8,6 milhões e recebeu 850 armas de incapacitação neuromuscular e 5.053 espargidores de spray de pimenta, que custaram R\$ 4,1 milhões.

Qualificação do uso da força

Em janeiro, o MJSP anunciou o investimento de cerca de R\$ 120 milhões na aquisição de instrumentos de menor potencial ofensivo, incluindo 249 mil espargidores de pimenta e 22.736 armas de incapacitação neuromuscular – o que suprirá mais de 50% das necessidades das forças de segurança. A pasta também oferecerá cursos e treinamentos para formar cerca de 4,5 mil profissionais multiplicadores, que participarão de 110 edições de treinamentos em 2025 e em 2026. Essas iniciativas vão aprimorar o uso adequado desses dispositivos.

Distribuição

Em relação ao edital para aquisição de câmeras corporais para as Polícias Militares, lançado em novembro de 2024, Alagoas, Rio Grande do Norte e Piauí já cumpriram todos os requisitos e receberam os recursos para o convênio. As demais unidades federativas aptas a receber os recursos, caso cumpram todas as exigências, são Acre (AC), Bahia (BA), Distrito Federal (DF), Pará (PA), Paraíba (PB), Pernambuco (PE), Rio de Janeiro (RJ), Rio Grande do Sul (RS), Roraima (RO) e São Paulo (SP). Atualmente, as propostas dessas unidades estão em análise pela Senasp.

As unidades da Federação estão sendo avaliadas com base em critérios específicos, como o volume de ocorrências policiais atendidas e a experiência prévia com o uso de câmeras corporais. A distribuição dos recursos será feita conforme a seguinte estrutura, baseada no efetivo de policiais militares de cada unidade federativa:

- Eixo 1: até 2,1 mil câmeras para instituições com mais de 20 mil policiais;
- Eixo 2: até 1,5 mil câmeras para instituições com efetivo de 15 mil a 20 mil policiais;
- Eixo 3: até 1 mil câmeras para instituições com efetivo de 9 mil a 15 mil policiais;
- Eixo 4: até 800 câmeras para instituições com efetivo de 7 mil a 9 mil policiais;
- Eixo 5: até 600 câmeras para instituições com efetivo de 5 mil a 7 mil policiais; e
- Eixo 6: até 300 câmeras para instituições com menos de 5 mil policiais.





Foto: Divulgação

PRIMEIRA REUNIÃO DO COMITÊ DE MONITORAMENTO DO USO DA FORÇA BUSCA ESTRATÉGIAS PARA IMPLEMENTAR DIRETRIZES

TAMBÉM FORAM ESTABELECIDOS INDICADORES PRIORITÁRIOS, FONTES DE DADOS E ESTRATÉGIAS DE ARTICULAÇÃO COM COLEGIADOS ESTADUAIS PARA ORIENTAR POLÍTICAS PÚBLICAS MAIS EFICAZES

O Comitê de Monitoramento do Uso da Força reuniu-se, pela primeira vez desde a sua criação, para acompanhar a implementação das diretrizes sobre o uso diferenciado da força de agentes de segurança.

Durante o encontro, que ocorreu na quinta-feira (17/4), foram definidas as estratégias iniciais para a coleta e a análise sistemática de dados sobre o uso da força, a produção de relatórios técnicos, a construção de indicadores nacionais e a integração dessas informações ao Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp). O objetivo é consolidar uma base de conhecimento técnico-científico.

O secretário Nacional de Segurança Pública, Mario Sarrubbo, destacou o caráter estruturante da iniciativa. "O projeto oferece maior segurança jurídica e operacional aos profissionais que atuam na linha de frente. Um dos grandes méritos dele é justamente proporcionar diretrizes claras sobre como, quando e em que medida a força deve ser empregada", disse. Na avaliação dele, isso impacta diretamente na eficiência, na preservação da vida e na integridade dos próprios agentes.

Sarrubbo também ressaltou, durante a reunião, que o Ministério da Justiça e Segurança Pública, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), busca, além de equipar, qualificar as forças de segurança, seja com tecnologia, como as câmeras corporais, seja com formação e normas de conduta mais claras.

A diretora do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), Isabel Figueiredo, destacou a importância dos atos normativos relacionados ao uso da força, afirmando que essas diretrizes são "mais um tijolinho na construção do nosso Sistema Único de Segurança Pública". Ela ressaltou que esse processo não é imediato, mas sim uma construção coletiva que avança aos poucos, superando desafios.

Isabel também avaliou que as diretrizes são fundamentais para sistematizar e padronizar as ações. "Elas fornecem uma base comum, um norte, um marco que permite a todos caminhar na mesma direção", afirmou, reforçando que o principal objetivo é fortalecer o sistema como um todo.

O comitê, coordenado Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), é composto por representantes da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, da Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappn), dos Conselhos Nacionais das Polícias Civis e Militares, das Guardas Municipais e da sociedade civil. A atuação do colegiado se dará por meio de reuniões semestrais ordinárias e grupos de trabalho técnicos, com apoio da diretoria do Susp como secretaria-executiva.



Foto: Divulgação

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL ADERE AOS PROJETOS NACIONAIS DE USO DA FORÇA E CÂMERAS CORPORAIS

AO TODO, SERÃO INVESTIDOS R\$ 25 MILHÕES NA CONTRATAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS POR MEIO DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

O Distrito Federal (DF) passou a integrar, desde o dia 29 de abril de 2025, aos projetos nacionais de Uso da Força e Câmeras Corporais, tornando-se a 5ª unidade da Federação a aderir à iniciativa.

A formalização ocorreu em Brasília com a doação de 1,8 mil kits de armas de incapacitação neuromuscular e 8.570 espargidores de spray de pimenta, ao custo de R\$ 8,4 milhões.

Além disso, está prevista a contratação de 1.087 câmeras corporais, por meio de um investimento de R\$ 16 milhões, viabilizado com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública. Ao todo, os investimentos somarão cerca de R\$ 25 milhões.

O secretário Nacional de Segurança Pública (Senasp), do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), Mario Sarrubbo, ressaltou que o uso de câmeras corporais se traduz em proteger a vida dos policiais e da população, bem como o estabelecimento de regras claras para os policiais.

"Estamos trazendo aos agentes a segurança necessária para uma abordagem ou uma ação, e, mais do que isso, trazendo a esses policiais a necessária segurança jurídica para utilizarem a força, à medida que ela seja efetivamente necessária", disse Sarrubbo.

A comandante-geral da Polícia Militar do DF, coronel Ana Paula Barros Habka, enfatizou que a corporação sempre demonstrou competência, sem esquecer o seu viés de polícia cidadã. "Isso é mais uma prova do nosso compromisso com a transparéncia durante as nossas atividades. Isso não quer dizer, de forma alguma, que vai tirar a autoridade do policial militar. Esse é mais um equipamento que vai contribuir para a segurança do próprio agente", afirmou a comandante-geral.

A diretora do Sistema Único de Segurança Pública (Dsusp), da Senasp, Isabel Figueiredo, destaca que as câmeras têm por objetivo reforçar a transparéncia e legitimidade das ações policiais, preservar a segurança dos profissionais e qualificar a produção de evidências criminais. "Com o uso das câmeras corporais, o policial registra suas ações, garantindo que o uso da força seja adequado e alinhado às normas de conduta e reforçando sua segurança física e jurídica", explica Isabel Figueiredo.

Alagoas (AL), Paraíba (PB), Piauí (PI) e Rio Grande do Norte (RN) já foram contemplados. Alagoas foi beneficiada com R\$ 9,7 milhões para o convênio de câmeras corporais e mais R\$ 2,6 milhões para a aquisição de equipamentos de menor potencial ofensivo, como 480 armas de incapacitação neuromuscular e 5.995 espargidores de spray de pimenta, dentro do projeto de qualificação do uso da força.

A Paraíba recebeu investimento de R\$ 5 milhões para a contratação de câmeras corporais, além de 6.973 espargidores de pimenta, avaliados em R\$ 683 mil, e 444 armas de incapacitação neuromuscular, no valor de R\$ 1,8 milhão. No total, o estado destinou R\$ 2,4 milhões para equipamentos de menor potencial ofensivo dentro do Projeto de Uso da Força.



AÇÕES DE CAPACITAÇÕES: ENCONTRO TÉCNICO DE DOCENTES DO CURSO BÁSICO DE INVESTIGAÇÃO DE HOMICÍDIOS É REALIZADO EM JOÃO PESSOA/PB



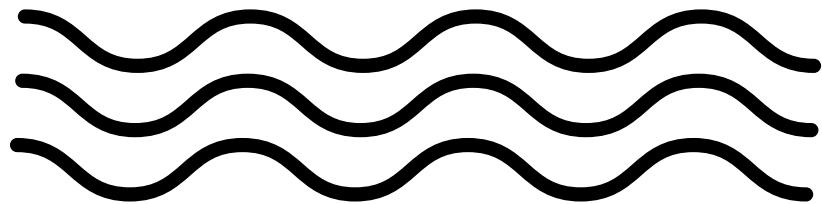
Foto: Divulgação

O TREINAMENTO, QUE FOI CONCLUÍDO QUARTA-FEIRA (12/3), PROMOVEU A REVISÃO, ELABORAÇÃO E A PADRONIZAÇÃO DAS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS A SEREM ADOTADAS NAS PRÓXIMAS EDIÇÕES DO CURSO

A Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) promoveu, nos dias 11 e 12 de março de 2025, em João Pessoa/PB, o Encontro Técnico e Pedagógico de Docentes do Curso Básico de Investigação de Homicídios. O evento faz parte do Projeto de Incremento da Capacidade de Investigação de Homicídios pelas Unidades Especializadas (DHPPs), uma iniciativa que busca ampliar a taxa de elucidação de homicídios em todo o país.

O projeto, que conta com a colaboração dos poderes executivos federal, estadual e municipal, além do Poder Judiciário, Ministério Público e organizações da sociedade civil, tem como objetivo fortalecer a investigação desses crimes por meio de ações integradas e capacitações específicas para os profissionais envolvidos.

O encontro tem como foco principal a preparação dos novos docentes do curso, promovendo o alinhamento, a atualização e o nivelamento das práticas pedagógicas. Dessa forma, busca-se garantir a padronização do processo de ensino-aprendizagem, contribuindo para uma formação de maior qualidade e eficiência na capacitação dos profissionais que atuam na investigação de homicídios.



A iniciativa reforça o compromisso do governo em aprimorar as ações de segurança pública e fortalecer as unidades especializadas na elucidação desses crimes, promovendo uma investigação mais eficaz e assertiva em todo o Brasil.





ENTRE JANEIRO E ABRIL DE 2025, O CURSO DE CAPACITAÇÃO EM CÂMERAS CORPORAIS E USO DA FORÇA FORMOU MAIS DE 600 POLICIAIS EM 14 EDIÇÕES PELO PAÍS

Fotos: Divulgação

COM 14 EDIÇÕES REALIZADAS EM SETE ESTADOS, O CURSO "CÂMERAS CORPORAIS E USO DA FORÇA" CAPACITOU 622 POLICIAIS, REFORÇANDO A PRÁTICA ÉTICA, LEGAL E TRANSPARENTE NAS AÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA

A Coordenação Geral de Governança do Sistema Único de Segurança Pública (CGSUSP) vem desenvolvendo com êxito as capacitações em "Câmeras Corporais e Uso da Força: Princípios e Práticas", reforçando o compromisso do governo federal com a modernização e aperfeiçoamento das forças de segurança

Ao longo de 14 edições, o curso formou 622 policiais militares, em sete estados brasileiros. As capacitações ocorreram no Distrito Federal, Piauí, Alagoas, Paraíba, Boa Vista, Pará e Pernambuco, evidenciando o compromisso nacional com a disseminação de boas práticas e a padronização de protocolos de conduta.

Os estados contemplados nesta etapa reforçam a integração federativa na construção de políticas de segurança, alinhadas às melhores práticas nacionais e internacionais de governança em segurança pública. A ação conjunta entre a Coordenadoria e os órgãos de segurança locais garantiu uma mobilização ampla, potencializando a disseminação de conhecimentos e práticas inovadoras.

Essa iniciativa está alinhada ao Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, que estabelece metas específicas para a capacitação contínua de profissionais, com foco na padronização de condutas. Dessa forma, o curso contribui diretamente para a modernização das

ferramentas de controle e aperfeiçoamento do sistema de governança pública, alinhando-se às metas estratégicas instituídas pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública.

A implementação das câmeras corporais nas rotinas de policiamento tem se mostrado uma ferramenta essencial para garantir a integridade das abordagens, além de ampliar a confiança da população nas instituições de segurança pública.

A implementação desses cursos reforça o compromisso do Ministério da Justiça e Segurança Pública em promover uma cultura de respeito aos direitos humanos e de valorização da cidadania. A contínua atualização dos profissionais de segurança é fundamental não apenas para assegurar a proteção social, mas também para aprimorar práticas que garantam a transparência e a integridade das operações. Até 2026, estão previstas 110 edições do curso, com a formação de 4,5 mil profissionais, que atuarão como multiplicadores dos conhecimentos.





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA INTENSIFICA CAPACITAÇÃO EM INVESTIGAÇÃO DE HOMICÍDIOS COM 131 POLICIAIS TREINADOS EM CURSOS NO ACRE E NA PARAÍBA

Foto: Divulgação

CURSOS DE INVESTIGAÇÃO DE HOMICÍDIOS CAPACITAM 131 PROFISSIONAIS NO AC E PB, FORTALECENDO AÇÕES DO PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Entre janeiro e abril de 2025, através da Coordenação Geral de Governança do Sistema Único de Segurança Pública (CGSUSP), foram realizadas quatro edições dos cursos de Investigação de Homicídios no Acre e na Paraíba, com a capacitação de 131 profissionais da área. As ações fazem parte da execução do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS), que tem como uma de suas diretrizes o aumento da taxa de elucidação de homicídios no país.

As capacitações incluíram três edições do curso básico e uma do curso avançado, voltadas a delegados, agentes, investigadores, escrivães e peritos criminais. Os conteúdos abordaram técnicas atualizadas de coleta de vestígios, análise de provas, uso de recursos tecnológicos, entrevistas investigativas e aspectos legais e periciais ligados às mortes violentas intencionais.

A estratégia de formação continuada busca padronizar procedimentos investigativos e promover maior integração entre as forças de segurança dos estados e do governo federal. Além do conteúdo técnico, os cursos favorecem o intercâmbio de experiências entre profissionais de diferentes regiões, reforçando a atuação interagências no enfrentamento aos crimes contra a vida.

As edições realizadas em Rio Branco e João Pessoa, refletem o esforço conjunto entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública, as Secretarias Estaduais de Justiça e Segurança Pública, ampliando o alcance das políticas públicas de segurança. Os resultados esperados incluem não apenas maior eficiência investigativa, mas também a redução dos índices de impunidade relacionados a homicídios, em todas as regiões do país.

Senasp realiza em Fortaleza a 5ª Edição do Curso Nacional de Polícia Comunitária Aplicada com 15 profissionais da Polícia Nacional da Colômbia (PNC)

No período de 10 a 21 de março de 2025, a cidade de Fortaleza/CE sediou a 5ª Edição do Curso de Polícia Comunitária, que está previsto no Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (2021-2030). O objetivo é capacitar profissionais do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) para fomentar a prevenção e o enfrentamento à violência e à criminalidade, por meio das ações orientadas pela filosofia e estratégias de Polícia Comunitária aplicada à segurança cidadã e a cultura de paz, com foco em pessoas, grupos e territórios vulneráveis.

O Curso, com 80 (oitenta) horas-aula, capacitou os profissionais de segurança pública para que o alinhamento com a temática de Polícia Comunitária seja difusa e que os profissionais desenvolvam habilidades e atitudes voltadas à identificação, análise, execução e avaliação de atividades policiais, alinhadas à filosofia e à estratégia de Polícia Comunitária, com especial atenção às pessoas, aos grupos e aos territórios vulneráveis.



A edição especial do Curso de Polícia Comunitária contou com a participação de 15 discentes da Polícia Nacional da Colômbia (PNC), além de 17 alunos brasileiros de instituições integrantes do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) do estado do Ceará.

O curso foi uma solicitação da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE), juntamente com a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), pois faz referência ao projeto de cooperação técnica trilateral "Modelo de Gestão Policial para Resposta às Necessidades Cidadãs", de interesse da Polícia Nacional da Colômbia (PNC), atualmente em fase de preparação no âmbito do Programa de Parceria Brasil-Japão (JBPP). O curso faz parte do Projeto de Cooperação Técnica (PCT) que está na fase final de preparação e em breve estará pronto para assinatura.



Fotos: Divulgação

Senasp realiza reunião com gestores do Sistema Nacional de Acompanhamento e Combate à Violência nas Escolas - SNAVE

A Secretaria Nacional de Segurança Pública, por meio da Diretoria do Sistema Único de Segurança Pública (DSUSP), vem desenvolvendo ações no âmbito do Sistema Nacional de Acompanhamento e Combate à Violência nas Escolas (SNAVE), em atenção à Lei nº 14.643/2023, regulamentada pelo Decreto nº 12.006/2024.

Considerando a necessidade de articulação entre os entes federados para a funcionalidade do SNAVE, foi realizada, no dia 14 de abril de 2025, reunião *online* com os gestores estaduais que atuam na área de segurança pública escolar, para fins de obter informações dos órgãos estaduais de segurança pública acerca das atividades desenvolvidas e planejadas para o corrente ano visando a prevenção e enfrentamento à violência nas escolas.



III ENCONTRO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER REÚNE PROFISSIONAIS FEMININAS E CELEBRA 40 ANOS DAS DELEGACIAS ESPECIALIZADAS DE ATENDIMENTO À MULHER (DEAMS)



Fotos: Divulgação

Nos dias 19 e 20 de março, profissionais mulheres do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) se reuniram no Ministério da Justiça e Segurança Pública para a terceira edição do Encontro Nacional de Segurança Pública e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

O evento teve como objetivo fortalecer a articulação da rede de enfrentamento à violência contra mulheres e meninas, além de promover o intercâmbio de experiências, a sistematização de diagnósticos locais e a difusão de boas práticas institucionais, qualificando a atuação dos profissionais.

Além disso, o Encontro buscou sensibilizar os profissionais de segurança pública para a importância do trabalho integrado e da construção de soluções conjuntas, alinhadas aos princípios dos direitos humanos, à promoção da equidade e à garantia de atendimento humanizado e não revitimizador às mulheres e meninas em situação de violência.

A programação desta edição destacou os 40 anos das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs), com debates sobre seus avanços e desafios, reafirmando seu papel fundamental na política de enfrentamento à violência de gênero.

Também foram temas centrais a valorização de lideranças femininas nas instituições de segurança pública e o aprimoramento do atendimento às mulheres em sua diversidade.





Fotos: Divulgação

SENASP LANÇA PROGRAMA NACIONAL DAS SALAS LILÁS E CADERNOS TEMÁTICOS DE REFERÊNCIA COM ATUALIZAÇÃO DE TRÊS PRINCIPAIS NORMATIVAS

No dia 25 de março foi lançado o Programa Nacional das Salas Lilás, instituído por meio da Portaria MJSP nº 911/2025. A iniciativa prevê o fomento à estruturação de salas reservadas para o acolhimento e o atendimento qualificado de mulheres e meninas em situação de violência de gênero nas Delegacias de Polícia Civil e nas instituições estaduais e distritais de perícia oficial de natureza criminal. O programa também estimula a instalação dessas salas na Defensoria Pública, no Poder Judiciário e em demais instituições do sistema de justiça.

Na mesma ocasião, foram lançados cadernos temáticos de referência que atualizam diretrizes para o aprimoramento das investigações, a qualificação dos atendimentos especializados e o fortalecimento da atuação integrada das instituições que compõem o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) no enfrentamento à violência de gênero. As atualizações têm como objetivo padronizar procedimentos, garantir maior eficiência no atendimento às vítimas e reforçar a resposta do Estado diante da violência contra as mulheres.

Documentos lançados:

- **Protocolo Nacional de Investigação e Perícias nos Crimes de Feminicídio**

A versão atualizada e revisada define diretrizes para uma abordagem mais qualificada e sensível nesses casos, garantindo investigações conduzidas sob a perspectiva de gênero. O documento busca sensibilizar e fortalecer as práticas investigativas e periciais e serve como referência técnica para os profissionais da segurança pública, orientando o correto reconhecimento e identificação dos aspectos característicos dessa violência.

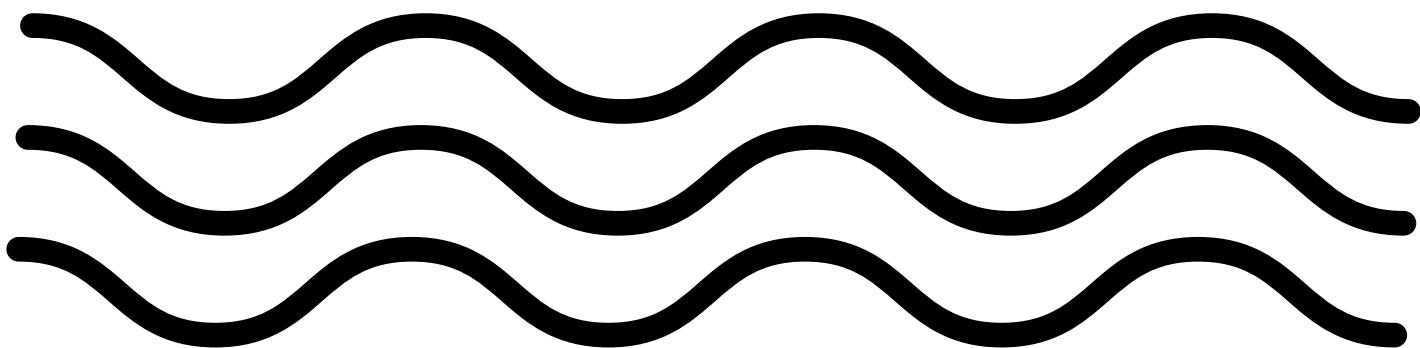


- **Padronização Nacional das Patrulhas Maria da Penha**

Atualização das Diretrizes Nacionais para o Atendimento Policial Militar a Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar. Estabelece orientações para o trabalho das polícias militares e, nesta atualização, passa a incluir também as guardas municipais no acompanhamento de mulheres em situação de violência doméstica e familiar. Entre as principais diretrizes destacam-se a padronização dos atendimentos, o fortalecimento para atuação integrada, o estímulo da capacitação contínua, o incentivo a análise de dados e a promoção de ações preventivas assegurando um atendimento interseccional a mulheres e meninas em situação de violência.

- **Padronização Nacional das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher**

Versão revisada e atualizada da Norma Técnica de Padronização das DEAMs, garantindo diretrizes mais robustas para um atendimento humanizado, qualificação profissional e maior integração com a rede de proteção. A revisão incorporou avanços legislativos, a perspectiva de gênero e parâmetros para evitar a revitimização das mulheres, com a finalidade de garantir o acesso pleno das mulheres aos mecanismos de denúncia e às medidas de proteção, em conformidade com a legislação vigente e com as melhores práticas nacionais e internacionais.



ACESSE AQUI:

SUSP
Mulheres

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



SENASA PROMOVE 5^a EDIÇÃO DO CURSO NACIONAL DE ATENDIMENTO ÀS MULHERES E MENINAS EM SITUAÇÃO DE VIOLENCIA, EM PORTO ALEGRE



Fotos: Divulgação

De 31 de março a 8 de abril, na cidade de Porto Alegre, foi realizada a 5^a edição do Curso Nacional de Atendimento às Mulheres e Meninas em Situação de Violência - Nível Multiplicador, com 39 participantes que atuam com a temática.

O Curso tem como objetivo capacitar profissionais da segurança pública para oferecer um atendimento especializado, eficiente e humanizado às mulheres e meninas em situação de violência.

A formação fornece conhecimentos teóricos e práticos sobre violência de gênero e legislação protetiva, preparando os participantes para atuarem como multiplicadores de uma abordagem integrada em suas instituições.

Voltado a policiais militares e guardas municipais que atuam diretamente no atendimento, acompanhamento e prevenção da violência contra a mulher, o curso contempla temas como sensibilização de gênero, padronização de procedimentos e garantia de direitos, qualificando as respostas oferecidas às vítimas.





Foto: Divulgação

LANÇADAS NO MJSP A 2ª ETAPA DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO DE PESSOAS DESAPARECIDAS E A CARTILHA PARA PROFISSIONAIS DO SUS E SUAS

Realizada em 26 de fevereiro de 2025, no Palácio da Justiça, em Brasília/DF, a solenidade de lançamento da 2ª Etapa da Mobilização Nacional de Identificação de Pessoas Desaparecidas marcou, pela primeira vez, a integração entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública e os Ministérios da Saúde e do Desenvolvimento Social, Família e Combate à Fome na luta pela identificação de pessoas acolhidas em instituições de saúde e de assistência social e que não têm suas identidades conhecidas.

As ações são fundamentais para instituições de saúde e de longa permanência, nos seus atendimentos, que podem, por exemplo, se deparar, com pessoas vivas com identidade desconhecida, impossibilitadas de se comunicar. Nesse cenário, essas pessoas podem estar numa situação de desaparecimento.

Visando articular o fluxo de atendimento interinstitucional entre a segurança pública, saúde e assistência social, foi lançada a Cartilha “Como profissionais do SUS e SUAS podem solicitar a identificação de pessoas com identidade desconhecida?” O material tem como objetivo apresentar a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, sensibilizar os gestores do SUS e SUAS sobre a importância da identificação das pessoas acolhidas com identidade desconhecida e objetiva ainda orientar sobre o procedimento de solicitação de identificação de pessoas com identidade desconhecida.

[Link da cartilha. Clique aqui!](#)



Alerta Amber chega a 26 Unidade Federativas

Até abril de 2025, 25 Estados e o Distrito Federal aderiram ao Alerta Amber, assinando acordos de cooperação técnica com o MJSP.

O Amber Alert Brasil é um sistema de alertas que divulga desaparecimento de crianças e adolescentes que estejam em risco de vida ou lesão corporal. A ferramenta é fruto de um acordo entre o MJSP e a empresa Meta, que gerencia o Facebook e o Instagram, e é utilizada em cerca de 30 países.

Ao receber a comunicação de desaparecimento da criança ou adolescente, a delegacia local analisa o caso e se cumprir os requisitos necessários encaminha as informações para o MJSP, que aciona a Meta para que publique as principais informações no Facebook e Instagram de todas as pessoas que estejam em um raio de 160 km de local do desaparecimento.

De janeiro a abril de 2025 foram emitidos nove alertas, sendo que cinco crianças/adolescentes foram localizados.



CURSO DE PERÍCIA EM LOCAL DE CRIME INTEGRADO CHEGA À 2ª EDIÇÃO E CAPACITA PROFISSIONAIS EM ÁREAS ESPECIALIZADAS



Foto: Divulgação

FORMAÇÃO ESTRATÉGICA, REALIZADA EM BRASÍLIA, REÚNE PERITOS DE TODO O PAÍS PARA FORTALECER A ATUAÇÃO CIENTÍFICA NO COMBATE AO CRIME VIOLENTO

De 28 de abril a 3 de maio, foi realizada em Brasília a 2ª Edição do Curso de Perícia em Local de Crime Integrado com Balística, Laboratório, Papiloscopia e Medicina Legal.

Voltado para peritos criminais oficiais de todos o país, o curso tem como objetivo qualificar ainda mais os profissionais da segurança pública envolvidos na investigação de mortes violentas, para promover um olhar multidisciplinar e científico sobre a cena do crime.

A capacitação é promovida pela Coordenação-Geral de Modernização Tecnológica da Diretoria do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), vinculada à Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp/MJSP).

A iniciativa oferece uma vaga por unidade federativa e uma vaga à Polícia Federal, no formato de curso para multiplicadores – o que permite a disseminação do conhecimento técnico em todo o país.

Durante os encontros, os participantes aprofundam conhecimentos em balística forense, exames laboratoriais, papiloscopia e medicina legal, com enfoque prático e integrado.

A abertura oficial aconteceu no auditório Tancredo Neves, na sede do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e o restante das atividades acontece no Instituto de Criminalística da Polícia Civil do Distrito Federal.

De acordo com a Coordenadora-Geral de Modernização Tecnológica, Beatriz Figueiredo, a qualificação integrada é um avanço fundamental para fortalecer a resposta do Estado diante de crimes violentos.

“O curso de local de crime para peritos criminais é extremamente importante porque fornece conhecimentos essenciais para a correta coleta, preservação e análise de evidências no local do crime”, explica a coordenadora.

Essa formação, conforme observa Beatriz: “ajuda os profissionais a entenderem a importância de seguir procedimentos rigorosos, garantindo que as evidências não sejam contaminadas ou perdidas, o que é fundamental para a investigação e para a obtenção de resultados confiáveis no processo judicial. Além disso, o curso aprimora habilidades técnicas e conhecimentos específicos, contribuindo para a eficiência e a precisão do trabalho pericial, o que, por sua vez, fortalece a justiça e a segurança pública”.

Com um corpo docente altamente especializado e estrutura técnica de ponta, o curso reafirma o compromisso da Senasp em fortalecer o Sistema Único de Segurança Pública por meio da modernização e valorização dos profissionais da perícia criminal.



24

INFORMATIVO | JAN ABR 2025



SENASP
2025

SECRETARIA
NACIONAL DE
SEGURANÇA PÚBLICA

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO Povo BRASILEIRO



BRASIL ULTRAPASSA 250 MIL PERFIS GENÉTICOS CADASTRADOS NO BANCO NACIONAL DE PERFIS GENÉTICOS (BNPJ)



Foto: Divulgação

FERRAMENTA SE CONSOLIDA COMO ALIADA ESTRATÉGICA NA RESOLUÇÃO DE CRIMES E LOCALIZAÇÃO DE DESAPARECIDOS

O Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) anunciou que o Banco Nacional de Perfis Genéticos (BNPG) ultrapassou a marca histórica de 250 mil perfis genéticos cadastrados. Esse marco representa um avanço significativo na resolução de crimes e no fortalecimento da segurança pública em todo o Brasil.

O BNPG é uma ferramenta essencial no combate à criminalidade, ajudando na identificação de suspeitos e na elucidação de investigações, especialmente de crimes violentos como homicídios e estupros.

A base de dados inclui perfis de condenados, vestígios encontrados em locais de crime, e perfis de pessoas desaparecidas e seus familiares, permitindo a identificação de crimes em série e a identificação de pessoas desaparecidas.

Com a inclusão de perfis de diversos estados, Distrito Federal e Polícia Federal, o banco tem sido um aliado fundamental para as forças de segurança pública em todo o território nacional.

Desde a sua criação, o banco já colaborou na resolução de mais de 7.100 investigações, segundo dados do MJSP. Esse resultado é reflexo de investimentos contínuos em tecnologia forense, capacitação de peritos criminais e do esforço coordenado entre estados, Distrito Federal e a Polícia Federal.

Conforme a área técnica, a ampliação do banco é fruto do investimento contínuo em tecnologia forense e da crescente integração entre as diferentes esferas da segurança pública no Brasil. A adesão de unidades da federação ao uso dessa ferramenta tem se mostrado cada vez mais eficaz, fortalecendo o sistema de justiça e garantindo mais segurança à população.

A marca de 250 mil perfis genéticos não só reforça a importância do BNPG como uma ferramenta estratégica para a elucidação de crimes, mas também destacado o potencial da ciência forense como aliada da segurança pública no Brasil.



Foto: Divulgação

PROJETO ATENDE A PROFISSIONAIS DE TODAS AS FORÇAS DE SEGURANÇA PÚBLICA

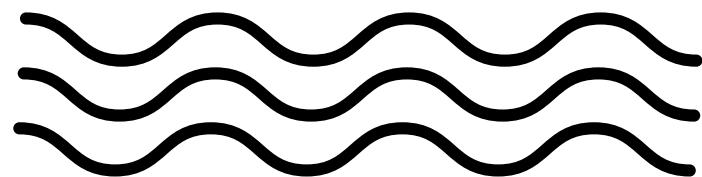
Dando prosseguimento às ações do Projeto Escuta Susp, nos primeiros meses do ano de 2025, o Projeto recepcionou a adesão de novos estados que passaram a contar com os atendimentos psicológicos disponibilizados pelo projeto.

Entre janeiro e abril de 2025 foram celebradas as adesões do Espírito Santo, Acre, Mato Grosso e Piauí. Em 7 de maio, será realizada a adesão do estado do Tocantins.

O projeto tem atendido aos profissionais de todas as forças de segurança dos estados, levando ao fortalecimento da saúde mental dos profissionais de segurança pública, compromisso do Programa Pró-Vida consignado na Lei do Sistema Único de Segurança Pública e previsto no Plano Nacional de Segurança Pública 2021-2030.

O sucesso do projeto pode ser comprovado por seus números: até abril foram realizadas mais de 10.000 consultas psicológicas *online*, atendendo a mais de 2.000 profissionais de segurança pública.

Para os próximos meses, está prevista a adesão dos estados que ainda não participam do projeto e também a oferta de novos serviços, como serviço de psiquiatria e de farmácia.



ESCUTA SUSP



SENASP²⁰²⁵

SECRETARIA
NACIONAL DE
SEGURANÇA PÚBLICA

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO Povo BRASILEIRO



CAPACITAÇÕES REÚNEM MULTIPLICADORES DE TODO O PAÍS



Fotos: Divulgação

Entre 31/3/2025 e 11/4/2025, foi realizada a 2º Edição do Curso de Atendimento Pré-Hospitalar Tático para os Profissionais de Segurança Pública - Nível Básico Multiplicador. O curso contou com 80 horas-aula de atividades presenciais e foi realizado em Brasília/DF nas dependências da Academia Nacional de Polícia, em parceria celebrada entre a Secretaria Nacional de Segurança Pública e a Polícia Federal.

O objetivo da 2ª edição do curso foi capacitar os operadores de segurança pública para atuarem na condição de multiplicadores de Atendimento Pré-hospitalar Tático - Nível Básico. Foram ensinadas as manobras e procedimentos emergenciais necessários a minimização do trauma e seus efeitos fisiopatológicos.

A técnica visa ao socorro próprio ou de outro operador da Segurança Pública vitimado ainda no ambiente operacional, em treinamentos ou em localidades que inviabilizem o atendimento por profissionais de saúde em tempo hábil, exercendo-o até a chegada das equipes especializadas de emergências em saúde e para o emprego da imediata evacuação até o suporte médico hospitalar adequado.

Nesta edição do curso, foram capacitados 26 alunos. Profissionais de segurança pública de diferentes estados que retornaram às suas corporações com a missão de difundir boas práticas e multiplicar o conhecimento sobre a temática. Ressalta-se que este curso está vinculado às metas de redução de vitimização de profissionais de segurança pública previstas no Plano Nacional de Segurança Pública 2021-2030.





Foto: Rodrigo Marfran/MJSP

DADOS DO COMPRASSUSP E DE EMENDAS PARLAMENTARES JÁ ESTÃO DISPONÍVEIS NA PLATAFORMA SEGURANÇA TRANSPARENTE

Todos os dados do Programa de Compras Eficientes para o Sistema Único de Segurança Pública (ComprasSusp) e das emendas parlamentares destinadas à área já estão disponíveis para consulta popular na plataforma [Segurança Transparente](https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/dgfnsp/seguranca-transparente-1) (<https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/dgfnsp/seguranca-transparente-1>) . A liberação das informações é a quinta, e última, etapa de implementação da ferramenta que dá publicidade à gestão e aos repasses dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) aos estados, aos municípios e ao Distrito Federal.

A apresentação dos dados ocorreu, no dia 9/1/2025, em uma cerimônia no Palácio da Justiça, em Brasília (DF). O ministro da Justiça e Segurança Pública em exercício, Manoel Carlos de Almeida Neto, destacou que, “desde o início do governo Lula, com o então ministro Flávio Dino à frente da pasta, um excelente trabalho começou a ser desenvolvido de forma contínua e alinhada com a proposta do Governo Federal de promover maior transparência em suas ações”.

Ele explicou que a Segurança Transparente segue o que versa a Lei de Acesso à Informação. “A plataforma foi criada para dar agilidade e transparência aos serviços prestados à população por meio do emprego dos recursos públicos”, ressaltou Manoel Carlos de Almeida Neto, titular da Secretaria-Executiva do MJSP.

O secretário Nacional de Segurança Pública (Senasp), Mario Sarrubbo, destacou que esse é um passo significativo para trazer mais transparência para o Governo Federal e, em especial, para o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). “O Fundo Nacional de Segurança Pública é uma verba importante e, com esse projeto, qualquer pessoa, bem como os nossos parlamentares, poderá, com poucos cliques, entender de onde vem e para onde estão indo esses recursos”.

ComprasSusp

A diretora do FNSP, Camila Pintarelli, disse que a quinta etapa da implementação da plataforma apresenta à população todas as atas e os contratos vigentes no ComprasSusp. Segundo ela, a medida é inédita e vai possibilitar maior aprendizado e conhecimento para os cidadãos. “O ComprasSusp é a maior plataforma de compras em segurança pública do Brasil. É uma iniciativa que centraliza a burocracia e dissemina a equipagem de qualidade”, ressaltou a diretora.

O ComprasSusp é a unidade técnica responsável por elaborar as atas de registro de preços de itens de interesse da segurança pública, como viaturas, equipamentos de proteção individual e armamentos. Esses documentos asseguram melhores condições contratuais para os entes federativos, como preços e prazos.



SENASP²⁰²⁵

SECRETARIA
NACIONAL DE
SEGURANÇA PÚBLICA

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO Povo BRASILEIRO





MJSP EMPENHOU R\$ 1,166 BILHÃO PARA FINANCIAR AÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA NOS ESTADOS E NO DF EM 2025

Foto: Rodrigo Marfran/MJSP

O Governo Federal empenhou R\$ 1,166 bilhão do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), que será destinado, em 2025, aos estados e ao Distrito Federal por meio de transferência obrigatória, modalidade conhecida como repasse fundo a fundo. Os recursos reservados serão liberados para as unidades federativas à medida em que os planos locais para utilização do dinheiro forem aprovados pelas áreas técnicas do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP).

O secretário Nacional de Segurança Pública (Senasp), Mario Sarrubbo, ressalta que esse é o maior valor da história destinado para esse tipo de transferência do FNSP. "Trata-se, na prática, de um substantivo reforço financeiro que chega para investimentos em segurança pública em todo o País. Quem ganha é a população", afirma.

A diretora do FNSP, Camila Pintarelli, destaca que esse marco consolida o fundo como o principal mecanismo de financiamento de investimentos em segurança pública no País. "A realização do empenho já em janeiro permite a organização dos entes Federados, reforçando o compromisso federativo do MJSP com o diálogo, com a governança e com a transparência desses recursos."

Qualquer cidadão, por meio da plataforma Segurança Transparente, tem acesso a todas as transferências feitas pelo MJSP às unidades federativas.

Estrutura do FNSP

O FNSP, principal ferramenta de financiamento da segurança pública no Brasil, é abastecido com receitas das lotéricas e de emendas parlamentares. Parte do dinheiro dessa reserva é obrigatoriamente transferido de forma direta aos estados e ao Distrito Federal. Trata-se das transferências fundo a fundo. Elas saem do fundo nacional e são depositadas nos fundos locais mediante apresentação e aprovação de planos de aplicação.

O uso dos recursos é regulamentado pela Portaria nº 685, em que há o detalhamento das áreas temáticas e os procedimentos para aplicação desses recursos. Ela estabelece que é preciso definir projetos, atividades, metas e indicadores de resultados.

A portaria também especifica que os recursos devem ser aplicados em custeio e investimento, com uma divisão entre os tipos de despesas, e proíbe, por exemplo, pagamento de pessoal e aquisição de materiais de escritório. Também são delineadas as diretrizes para a aplicação do dinheiro, com foco em ações de prevenção à violência, aprimoramento digital das forças de segurança e capacitação profissional.

Além disso, ela estabelece critérios para a utilização excepcional da verba em situações de emergência ou calamidade pública e determina a realização de auditoria e rastreabilidade dos equipamentos adquiridos.

Em abril de 2024, a Diretoria de Gestão do FNSP criou a Rede Interfederativa, com reuniões mensais entre gestores, equipe técnica da Senasp e representantes e suplentes dos Fundos Estaduais e Distrital de Segurança Pública. O objetivo é dar maior agilidade e transparência aos repasses fundo a fundo e celeridade e eficiência na troca de informações entre os entes federativos e o Executivo.



Foto: Divulgação

TCU JULGA POSITIVA A GESTÃO DOS RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

O Tribunal de Contas da União (TCU) considerou positiva a gestão dos repasses do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) feitos pelo Governo Federal às unidades federativas, no período de 2018 até o início de 2023. O órgão de controle externo concluiu que, tanto o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), gestor dos recursos, quanto os estados e o Distrito Federal, demonstraram interesse e preocupação em aperfeiçoar o uso do dinheiro.

“A decisão do TCU, na verdade, retrata a seriedade, a transparência e, em especial, o zelo com o dinheiro público e com os investimentos na segurança pública por parte do Governo Federal”, destacou o secretário Nacional de Segurança Pública (Senasp), Mario Sarrubbo.

Para a diretora do FNSP, Camila Pintarelli, a decisão unânime do TCU é “extremamente importante e atesta que o Fundo Nacional atendeu todos os apontamentos da área técnica da Corte, comprovando, de uma vez por todas, a importância das três portarias editadas pelo MJSP em 2024, da Rede Interfederativa do FNSP e da plataforma Segurança Transparente”.

Na avaliação da diretora, essas foram medidas inovadoras adotadas em 2024 e que materializaram o diálogo, o respeito à Federação e a eficiência na execução dos recursos. “Afinal, o ano de 2024 registrou o recorde de mais de R\$ 1,1 bilhão na execução dos recursos repassados aos entes federativos e já iniciou 2025 com mais um recorde: a execução de mais de R\$ 51 milhões”, concluiu.

As portarias em questão são as de número 685, 736 e 737, todas com iniciativas que visam melhorar a gestão dos recursos e que foram mencionadas expressamente pela Corte.

O TCU considerou, em sua decisão, as mudanças estabelecidas pelo Governo Federal que exigiram alterações nos planos de aplicação a serem apresentados pelos entes federados, como a definição de elementos obrigatórios e de prazos para a execução da verba e a regulamentação de auditorias técnicas periódicas.

O chefe da Assessoria Especial de Controle Interno do MJSP, Ronaldo Alves Nogueira, explicou que “a auditoria foi uma atuação positiva do TCU, que atingiu os objetivos pretendidos graças à atuação dos gestores no decorrer dos trabalhos”.

Ele ressaltou ainda que “são medidas de aperfeiçoamento do Susp [Sistema Único de Segurança Pública], avaliando tanto a gestão federal quanto as estaduais, visando melhorar o sistema de financiamento das ações de segurança pública, a gestão dos recursos do FNSP; além da correção tempestiva de impropriedades no cumprimento de normativos que regem os repasses obrigatórios do FNSP”.

O órgão de controle também discutiu o FNSP na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública, que pretende incluir na Carta Magna uma série de alterações voltadas ao fortalecimento da prevenção e da repressão ao crime organizado. Na proposição apresentada pelo MJSP à Casa Civil, o FNSP e o Fundo Penitenciário Nacional na Constituição Federal (Funpen) permanecerão distintos, porém, com status constitucional e contingenciamento vedado.

A decisão do TCU concluiu não haver necessidade de fazer recomendação ou determinação ao MJSP.





Foto: Jamile Ferraris/MJSP

PEC DA SEGURANÇA PÚBLICA E FUNDO NACIONAL SÃO TEMAS DE REUNIÃO DO CONSESP

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública, a redução nos indicadores da criminalidade e os recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública foram os temas apresentados pelo Secretário Nacional de Segurança Pública (Senasp), Mario Sarrubbo, durante a 94ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Secretários de Segurança Pública (Consesp), ocorrida nos dias 20 e 21 de fevereiro de 2025.

O representante do Ministério da Justiça e Segurança Pública ressaltou que os temas devem ser vistos sob o ponto de vista da dignidade humana no sistema como um todo, desde a vítima, que é atacada nas ruas e nos campos, até o criminoso, que precisa cumprir a pena imposta pela Justiça.

Ele também falou sobre a importância da PEC da Segurança Pública, afirmou que os índices de criminalidades estão melhorando e disse que o desafio agora é manter esse padrão.

Outro destaque da apresentação de Sarrubbo foi o Fundo Nacional de Segurança Pública, que, somente em 2024, teve cerca de R\$ 1,2 bilhão executados pelas unidades federativas.

Na avaliação de Sarrubbo, isso se deve à criação da Rede Interfederativa, que foi construída no contexto do Consesp. "Então, é um mérito não só do Governo Federal, mas das unidades da Federação, porque nós conseguimos consenso para fazer com que os recursos chegassem na ponta e se transformassem em segurança pública."

A secretária Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos (Senad), Marta Machado, destacou o empenho da pasta para fazer com que o dinheiro recuperado do crime organizado volte para as polícias, conforme estabelecido pela legislação.

"A gente transfere para as polícias 40% do recurso aferido nos leilões desses bens. É o que a gente chama ciclo virtuoso da gestão de ativos, numa parceria entre estados e Governo Federal", disse.

O secretário de Segurança Pública do Distrito Federal e presidente do Consesp, Sandro Avelar, reconheceu que o Governo Federal está sendo um grande parceiro na construção de uma segurança pública cada vez melhor e mais sólida.

"Esse diálogo é importantíssimo para um país como o Brasil, com mais de 200 milhões de habitantes, dimensões continentais e de diferentes realidades", disse.

A vice-governadora do Distrito Federal, Celina Leão, destacou que o Consesp é o espaço para todos os secretários serem ouvidos.

"Seus anseios e as peculiaridades de cada uma das unidades federativas, que são tão diferentes, com um tipo de problema diferente. Alguns são crimes mais violentos e outros crimes de tipos adversos".



Foto: Divulgação

FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA BATE RECORDE EM FEVEREIRO COM A EXECUÇÃO DE MAIS DE R\$ 106,5 MILHÕES NOS ESTADOS E NO DF

As unidades federativas executaram, somente em fevereiro, R\$ 106,5 milhões do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) repassados a elas pelo Governo Federal por meio de transferência obrigatória, modalidade conhecida como repasse fundo a fundo. Esse montante é 46,6% maior se comparado ao que foi movimentado no mesmo período de 2024. Por meio do fundo a fundo, no mesmo mês, em 2024, foram R\$ 72,6 milhões; em 2023, R\$ 13,9 milhões; e em 2022, R\$ 43,1 milhões. Já em 2021 somaram R\$ 13,6 milhões; e, em fevereiro de 2020, não houve execução.

Desde o início de 2025, já foram executados pelas unidades federativas mais R\$ 150 milhões, dos quais R\$ 106,5 somente em fevereiro. Para o secretário Nacional de Segurança Pública, Mario Sarrubbo, esse é o resultado de muito trabalho e dedicação. "Estamos atuando diuturnamente para batermos todos os meses do ano esse recorde e não tenho dúvidas de que vamos conseguir", diz.

A diretora do FNSP, Camila Pintarelli, destaca que "os números apresentados comprovam o acerto e a consistência das medidas de gestão que nós adotamos em 2024 no Fundo Nacional de Segurança Pública, como as novas portarias e a criação da Rede Interfederativa, com resultados diretos nas políticas públicas de segurança e na melhoria de diálogo com os estados e DF."

ESTRUTURA DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - FNSP

O FNSP, principal ferramenta de financiamento da segurança pública no Brasil, é abastecido com receitas das lotéricas e de emendas parlamentares. Parte do dinheiro dessa reserva é obrigatoriamente transferido de forma direta aos estados e ao Distrito Federal. Trata-se das transferências fundo a fundo. Elas saem do fundo nacional e são depositadas nos fundos locais mediante apresentação e aprovação de planos de aplicação.

O uso dos recursos é regulamentado pela Portaria nº 685, em que há o detalhamento das áreas temáticas e os procedimentos para aplicação desses recursos. Ela estabelece que é preciso definir projetos, atividades, metas e indicadores de resultados.

A portaria também especifica que os recursos devem ser aplicados em custeio e investimento, com uma divisão entre os tipos de despesas, e proíbe, por exemplo, pagamento de pessoal e aquisição de materiais de escritório. Também são delineadas as diretrizes para a aplicação do dinheiro, com foco em ações de prevenção à violência, aprimoramento digital das forças de segurança e capacitação profissional. Além disso, ela estabelece critérios para a utilização excepcional da verba em situações de emergência ou calamidade pública e determina a realização de auditoria e rastreabilidade dos equipamentos adquiridos.

Em abril de 2024, a Diretoria de Gestão do FNSP criou a Rede Interfederativa, com reuniões mensais entre gestores, equipe técnica da Senasp e representantes e suplentes dos Fundos Estaduais e Distrital de Segurança Pública. O objetivo é dar maior agilidade e transparência aos repasses fundo a fundo e celeridade e eficiência na troca de informações entre os entes federativos e o Executivo.





MJSP ENTREGA R\$ 6,2 MILHÕES EM VIATURAS PARA O ESTADO DE SÃO PAULO

Foto: Divulgação

Uma cerimônia no Quartel do Comando-Geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo, realizada em 28 de março, oficializou a entrega de R\$ 6,2 milhões em viaturas adquiridas por meio de transferências obrigatórias, modalidade conhecida como repasse fundo a fundo, do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), para o estado de São Paulo.

Foram 31 veículos, sendo 15 para o Programa Nacional de Segurança nas Escolas, no valor unitário de R\$ 196.550, totalizando R\$ 2.948.250. Uma viatura será destinada para atendimento às comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, no valor de R\$ 334 mil.

Outras 15 são para rádio patrulhamento, no valor unitário de R\$ 196.550, totalizando R\$ 2.948.250. Essa entrega foi feita com base no termo de cooperação firmado entre o estado e o Tribunal de Justiça do Estado (TJSP) e se refere ao Projeto V.I.D.A. (Vigilância, Inteligência, Defesa, Ação), que tem o objetivo de proteger as pessoas e fiscalizar o cumprimento das leis.

O secretário Nacional de Segurança Pública, Mario Sarrubbo, destacou que essas viaturas vão ampliar o policiamento em importantes setores do estado, como a ronda escolar e uma demanda específica da população quilombola. "O MJSP segue cumprindo o seu papel de também equipar as polícias estaduais para atuarem no combate à criminalidade e, com isso, promover maior segurança para a sociedade." A pasta é responsável pela gestão do FNSP.

O comandante-geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo, coronel Cássio Araújo de Freitas, recebeu as viaturas na ocasião, na capital paulista. "Elas permitirão que o policiamento chegue a todas as localidades, seja para a efetividade das decisões judiciais, seja para atender às comunidades quilombolas, seja para proporcionar maior eficiência e segurança para os policiais e para a comunidade", disse.

Também participou da cerimônia a diretora do FNSP, do MJSP, Camila Pintarelli. "O impacto e a transversalidade do Fundo Nacional de Segurança Pública foram, mais uma vez, comprovados hoje: 31 viaturas adquiridas com o recurso do FNSP e que englobam três grandes frentes sociais: segurança nas escolas, projeto feito em parceria com o Judiciário e atendimento a quilombolas", enfatizou.

Projeto V.I.D.A.

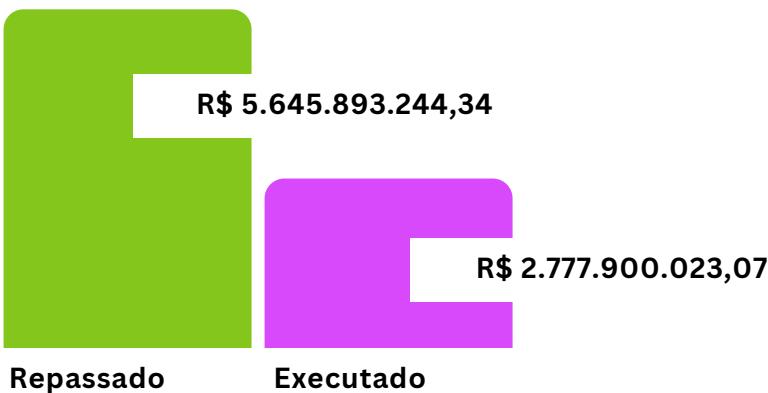
O Projeto V.I.D.A. foi iniciado em 2018, na cidade de Sertãozinho (SP), e é desenvolvido por meio do compartilhamento de informações sobre condições legais ou judiciais relativas à execução penal e medidas cautelares, além de monitorar eventuais descumprimentos, com a fiscalização feita por policiais militares. O objetivo é proporcionar maior eficiência nas ações ostensivas e no trabalho jurisdicional, auxiliando magistrados em suas atividades e fortalecendo a ordem pública.



UM GIRO PELOS NÚMEROS DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA (REF. MAIO/2025)

FUNDO A FUNDO

RECURSOS REPASSADOS E EXECUTADOS
2019-2024



EXECUÇÃO
57%

REPASSE 2024
R\$ 1.084 BILHÃO

DOAÇÕES

R\$ 116.591.629,07
72.444 ITENS DOADOS

CONVÊNIOS CONTRATOS E REPASSES

607 INSTRUMENTOS DE REPASSE
R\$ 2.152.501.509,26

LICITAÇÕES E CONTRATOS

125 ARP'S VIGENTES
R\$ 9.126.529.615,04

EXECUÇÃO EM 2025



TOTAL
R\$ 1.896.646.428,38



SENASP
2025

SECRETARIA
NACIONAL DE
SEGURANÇA PÚBLICA

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO Povo BRASILEIRO





Fotos: Divulgação

DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA PROMOVE A FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO SUSP

Entre janeiro e abril, a Diretoria de Ensino e Pesquisa (DEP) da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) seguiu promovendo formações estratégicas, com foco em metodologias ativas, contribuindo com a qualificação contínua dos profissionais do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). Nestes primeiros meses do ano, após consultas feitas aos estados e em parceria com as Diretorias da Senasp, foi consolidado o Plano Anual de Ensino e Pesquisa, com o planejamento das ações do ano de 2025.

Em março, resultado da parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina, iniciou-se a primeira turma da pós-graduação lato sensu em Inteligência e Inovação aplicadas no enfrentamento ao Crime Organizado, que conta com 271 alunos profissionais do SUSP. Também teve início a segunda turma da pós-graduação lato sensu em Enfrentamento aos Crimes Ambientais e Proteção dos Povos Indígenas, realizada em parceria com a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Foram 225 vagas ofertadas aos profissionais do SUSP nesta formação.

Com relação aos cursos presenciais de curta duração, neste período, em parceria com a Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública (DFNSP), foram realizadas 17 edições presenciais do curso de Atendimento Pré-Hospitalar (APH) - Básico e de APH e Resgate Tático, voltado à proteção dos agentes durante operações de controle de distúrbios e intervenções em grandes aglomerações. Em conjunto, as edições beneficiaram 654 profissionais do SUSP.

Já em parceria com a Diretoria do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), a DEP apoiou o desenvolvimento do curso Câmeras Corporais e Uso da Força: Princípios e Práticas. A iniciativa está alinhada ao Projeto Nacional de Câmeras Corporais e ao Projeto de Regulação do Uso da Força, abordando diretrizes legais, estudos de caso e práticas recomendadas. Entre janeiro e abril, foram realizadas 14 edições para 511 profissionais.

Complementando as formações presenciais nestes primeiros meses do ano, a DEP ofertou também o curso de Supervisor Educacional da Senasp, ofertado para 67 profissionais.

Curso de Supervisor Educacional da SENASP 2ª Edição/JAN 2025



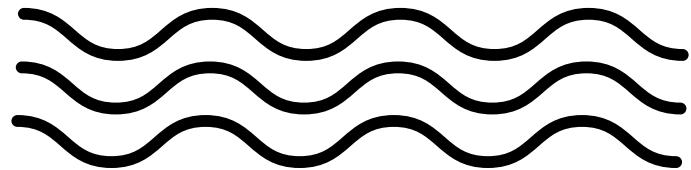


Foto: Divulgação

Já na plataforma da Rede EaD Senasp, destaca-se o lançamento de dois novos cursos neste período. Em parceria com o Instituto Sou da Paz, foi lançado o curso de Armas de Fogo: Registro e Rastreamento, cuja elaboração contou com apoio de representantes da polícia científica, da Polícia Federal e do Exército. Esta formação já está atualizada conforme as novas atribuições da Polícia Federal no processo de registro e fiscalização de Caçadores, Atiradores e Colecionadores (CACs). Desde o dia 1º de julho de 2025, essa competência, antes exercida pelo Exército, passou oficialmente à Polícia Federal.

O curso de Informática Aplicada, com foco no uso da tecnologia da informação aplicada à investigação, vigilância e produção de conhecimento, também foi disponibilizado. O curso foi lançado no dia 20 de março, já superando 1600 matrículas.

Em parceria com a Diretoria de Operação Integradas e de Inteligência (DIOPI), também foi realizada a 57ª edição do Curso de Introdução à Atividade de Inteligência (CIAI), que contou com 1.804 matriculados.



Pós-graduação lato sensu em Enfrentamento aos Crimes Ambientais e Proteção dos Povos Indígenas - em parceria com a UFGD

Foram matriculados 198 profissionais da segurança pública, para a iniciativa mencionada. Dessa forma, pretende-se que esses profissionais possam contribuir para a produção de conhecimento e para a formulação de novas práticas de intervenção e construção de uma política de segurança pública cada vez mais pautada no respeito aos direitos humanos, nos princípios do Estado Democrático de Direito e no enfrentamento qualificado, eficiente e eficaz aos crimes ambientais e cometidos contra as populações indígenas.

1



Pós-graduação lato sensu em Segurança Pública e Política Sobre Drogas - em parceria com a UFJF

2



Foram matriculados 223 profissionais da segurança pública. Assim, esses profissionais serão capacitados para aplicação das leis e normas relacionados às políticas sobre drogas, compreendendo seus desafios e suas diversas dimensões.



Pós-graduação lato sensu em Direitos Digitais e Segurança Cibernética - parceria com a UFBA

Essa demanda encontra-se em fase de assinatura de TED, via transfere.gov. e ofertará 230 vagas para os profissionais a segurança pública de todo o país.

Esta iniciativa tem como propósito disseminar conhecimento para o aperfeiçoamento das políticas públicas, sobretudo os que atuem em unidades que prestam serviços na área de atendimento aos crimes cibernéticos, buscando alavancar as políticas relacionadas ao tema.

3



Pós-graduação lato sensu em Proteção de Pessoas Vulnerabilizadas – em parceria com UFBA



4

Qualificar 200 profissionais da segurança pública que preferencialmente atuem em unidades que prestam serviços, diretos ou indiretos, na proteção às pessoas vulnerabilizadas, bem como profissionais que atuem no atendimento emergencial, buscando fortalecer as políticas públicas de proteção a essas pessoas contra todas as formas de violência. Estão sendo oferecidas 50 (cinquenta) vagas imediatas e 40 (quarenta) vagas para cadastro reservas distribuídas entre ampla concorrência e ações afirmativas. Com aula Magna em 9/6/2025.

Pós-graduação lato sensu em Inteligência e Inovação aplicadas no enfrentamento ao Crime Organizado em parceria com a UFSC

Conforme o crime organizado complexifica suas estratégias de atuação, é fundamental que os profissionais da segurança pública se mantenham atualizados com relação as técnicas mais eficientes para que este enfrentamento seja feito de forma eficaz e protegendo a população brasileira. Desta forma foram matriculados 270 profissionais da segurança pública oriundos dos quadros efetivos dos órgãos de segurança pública, ampliando a interações entre teoria e prática durante a execução da pós-graduação.

5



Pós-graduação em nível de MBA em Gestão e Governança de segurança Pública - em parceria com UnB



6

A iniciativa busca o fortalecimento do Sistema Único de Segurança Pública e das políticas de segurança pública como um todo, através da capacitação dos profissionais para atuação nas atividades de gestão e governança, melhorando o planejamento, execução e prestações de contas de ações.

Evento: Reunião Pedagógica da Matriz Curricular Nacional - em parceria com a UnB e IPEA

Realizado em 15/4/2025, com o objetivo de discutir as alternativas pedagógicas para o desenvolvimento da Matriz Curricular revisada, possíveis caminhos e formato para continuidade dos trabalhos.

7



Revisão da Matriz Curricular Nacional - em parceria com a UnB e IPEA



8

A MCN é uma ferramenta de gestão educacional e pedagógica, com ideias e sugestões que estimulam o raciocínio estratégico-político e didático-educacional necessários à reflexão e ao desenvolvimento das ações formativas na área de segurança pública.

É necessário a revisão em função da dinâmica social, dos novos conhecimentos, das determinações legais e da constante troca de profissionais que atuam na educação em segurança pública. Nesse contexto, faz-se necessária a revisão da Matriz Curricular Nacional para incorporar o aprimoramento dos mecanismos de proteção dos direitos civis e as alterações legislativas que ocorreram no período de 2014 a 2025



**SENASA
P**2025

SECRETARIA
NACIONAL DE
SEGURANÇA PÚBLICA

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO Povo BRASILEIRO





DGI PROMOVE A 3^a JORNADA DE NACIONAL DE INTEGRAÇÃO DE DADOS (FONAR, BNBO)

A 3^a Jornada Nacional de Integração de Dados, promovida pela DGI, reuniu representantes dos Três Poderes e autoridades do setor de segurança pública e justiça. O objetivo é fortalecer a governança e a integração dos dados que compõem o Sinesp.

LANÇAMENTO DO FORMULÁRIO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DE RISCO E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER (FONAR)

Mais um passo foi dado no enfrentamento a crimes contra mulheres. A MJSP apresentou o Formulário Nacional de Avaliação de Risco (Fonar), ferramenta para o acolhimento e a proteção de vítimas de violência doméstica e familiar no Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp). A Bahia (BA) foi o primeiro estado a assinar o protocolo de intenções para a implementação do Fonar, compromisso que deverá ser seguido por outras unidades da federação.

BASE NACIONAL DE BOLETINS DE OCORRÊNCIAS DO SINESP (BNBO)

Um dos destaques da programação é a oficina técnica com representantes dos estados responsáveis pelo envio de dados à Base Nacional de Boletins de Ocorrência (BNBO). O encontro busca debater soluções para padronização, qualificação e melhoria dos fluxos de informação entre as esferas federal e estadual.

9º DIAGNÓSTICO ESTATÍSTICO DAS UNIDADES ESPECIALIZADAS DE ATENDIMENTO ÀS MULHERES (DEAM)

Elaborado pela Diretoria de Gestão em parceria com a Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência Contra Mulheres e com o Observatório Brasil da Igualdade de Gênero do Ministério das Mulheres, o diagnóstico nacional tem como propósito coletar informações em todas as unidades da Federação sobre a estrutura organizacional e o funcionamento das unidades especializadas no atendimento às mulheres. Os dados analisados referem-se a 2023.



Fotos: Divulgação

O secretário Nacional de Segurança Pública, Mario Sarrubbo, destacou que é preciso criar pilares estruturantes para que, ao longo dos anos, seja possível avançar no enfrentamento aos crimes contra a mulher. "Isso envolve, evidentemente, algo fundamental: a criação de um grande banco de dados para embasar e orientar as políticas de segurança pública, sempre com base em evidências. Sem dados, estamos atirando no escuro, investindo sem clareza dos resultados que queremos alcançar", disse. O Sinesp, segundo ele, permite a construção de uma política nacional de segurança pública eficaz e abrangente, ao garantir avanços na proteção das mulheres em todo o Brasil.



"A jornada simboliza cooperação, compromisso e a consolidação de um ecossistema de dados mais eficiente. A integração das informações impacta diretamente a proteção da sociedade e a qualidade das decisões estratégicas em segurança pública", afirmou a diretora da DGI, Vanessa Fusco.





Fotos: Divulgação

CONSELHO GESTOR DO SINESP (CONSINESP) REALIZA A 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2025

No dia 27 de março de 2025, aconteceu a primeira reunião ordinária do Conselho Gestor do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (ConSinesp), realizada em Brasília, visando a integração e o fortalecimento da política de dados na segurança pública brasileira.

Questões sobre a padronização do índice de elucidação de crimes, com ênfase inicial nos homicídios, e promover maior consistência e qualidade nas informações guiaram a temática central da reunião do (ConSinesp).

A primeira reunião ordinária do conselho em 2025 foi marcada por iniciativas voltadas à integração e ao fortalecimento da política de dados na área. A diretora de Gestão e Integração das Informações (DGI), da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), do MJSP, Vanessa Fusco, que também preside o colegiado, ressaltou que o momento é de renovação e avanço.



“Este ano, o ConSinesp inicia uma nova fase, com a chegada de novos conselheiros e uma agenda robusta voltada para temas relevantes da gestão e qualificação dos dados. A união entre os colegiados será essencial para avançarmos em soluções concretas para a segurança pública”, destacou Vanessa.



Novos conselheiros

Durante o encontro, foram empossados os novos conselheiros das cinco regiões do País. O colegiado também é composto por cinco representantes do Governo Federal, entre eles: Polícia Federal (PF), Polícia Rodoviária Federal (PRF), Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), além de dois membros do MJSP — sendo um da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) e outro da Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappn).

Durante a reunião, Vanessa Fusco apresentou um trecho da proposta de modernização do Sinesp do futuro, que prevê o uso de inteligência artificial para aprimorar a análise e a qualidade dos dados de segurança pública.

O evento contou com a presença dos presidentes dos principais colegiados de segurança pública do País, como o Conselho Nacional de Secretários de Segurança Pública (Consesp); o Conselho Nacional de Chefes de Polícia Civil (CONCPC); o Conselho Nacional de Comandantes-Gerais das Polícias Militares (CNCG-PM); e o Conselho de Dirigentes de Polícia Científica (CONDPC).





A DGI REALIZA, EM BRASÍLIA, O 1º ENCONTRO NACIONAL DOS GESTORES ESTADUAIS DE ESTATÍSTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Agentes de segurança pública que atuam na gestão de estatísticas de todo o País participaram do 1º Encontro Nacional dos Gestores Estaduais de Estatística de Segurança Pública, ocorrido de 13 a 16 de maio em Brasília.

Os representantes das 27 unidades da Federação debateram a qualidade e a padronização dos dados estatísticos enviados ao Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp). Durante o evento, foi apresentado o diagnóstico de qualidade das informações transmitidas pelos estados e pelo Distrito Federal por meio do Validador de Dados Estatísticos (Sinesp-VDE).

Além disso, foi discutido a atualização da Resolução n.º 6 do Conselho Gestor do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Consinesp), que regulamenta o estabelecimento, o envio e a divulgação dos dados nacionais de segurança pública.

Promovido pela Diretoria de Gestão e Integração (DGI), o encontro visou promover um ciclo de reuniões de alinhamento técnico e difusão de boas práticas voltadas à segurança que impactará diretamente o desenvolvimento de políticas públicas do MJSP.



Fotos: Divulgação

A diretora da DGI, Vanessa Fusco, destaca que o projeto se alinha com a Política de Integração de Dados e Informações de Interesse da Segurança Pública.

"Nossa intenção é promover a integração de dados e informações de interesse da segurança pública e defesa social, por meio de estudos analíticos, tecnologias e ações que possibilitem a gestão planejada e a formulação de programas e projetos", explicou a diretora.

EXPERIÊNCIAS BEM-SUCEDIDAS

Os especialistas em estatística de segurança pública apresentaram, durante o encontro, experiências bem-sucedidas de coleta e uso de dados de interesse da segurança pública para enfrentar a criminalidade e a prevenção da violência.

"O objetivo é contribuir para a construção e o aprimoramento da política pública com base em evidências. Também vamos discutir melhorias na qualidade dos dados e a viabilidade da implementação de novos indicadores", diz a coordenadora-geral de Estatística e Análise, da DGI, Cecília Gonzalez.





DGI PROMOVE O 2º WORKSHOP DAS SOLUÇÕES SINESP PPE E DELEGACIA VIRTUAL

Ferramentas para facilitar registro de ocorrências são apresentadas em workshop da Senasp

O compartilhamento de boas práticas adotadas por unidades da Federação foi um dos destaques do 2º Workshop das Soluções Sinesp PPE e Delegacia Virtual, que ocorreu de 10 a 14 de abril, em Brasília (DF). O objetivo do encontro foi aprofundar e detalhar os conhecimentos sobre as evoluções já ocorridas, bem como apresentar, avaliar e validar propostas de melhorias.

Durante o encontro, agentes da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros tiveram acesso a ferramentas que facilitam o uso dos sistemas Procedimentos Policiais Eletrônicos (PPE) e Delegacia Virtual (Devir). Eles foram apresentados, por exemplo, ao Penélope Virtual, um serviço *chatbot* (robô de conversa) para orientação via WhatsApp; e à Hora Pedagógica, uma live promovida todas as quartas-feiras para explicar como deve ser o uso.

O workshop foi promovido pela Diretoria de Gestão e Integração (DGI), da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). A diretora da DGI, Vanessa Fusco, comentou que o Sinesp PPE é um sistema essencial para a segurança pública no Brasil e, por isso, é preciso que os agentes estejam familiarizados com todas as funcionalidades que eles oferecem. "Com o workshop, buscamos fortalecer, cada vez mais, a atuação das forças de segurança e aprimorar a resposta às demandas da sociedade", disse a diretora.

Participaram cerca de 50 pessoas, entre gestores do PPE da Polícia Civil, da Polícia Militar, do Corpos de Bombeiros de 14 unidades da Federação, além de agentes da Polícia Legislativa Federal da Câmara dos Deputados e do Senado.



Foto: Divulgação

Registro de ocorrências

O Sinesp PPE é uma ferramenta tecnológica que permite aos profissionais da Polícia Civil, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros registrarem ocorrências de forma integrada. Ele foi desenvolvido com o objetivo de estabelecer um padrão nacional e é fornecido gratuitamente aos estados. Já a Delegacia Virtual foi criada com o objetivo de facilitar o acesso do cidadão ao serviço de registro de ocorrência policial pela internet.

Os dois sistemas são utilizados por mais de 3.254 unidades, entre delegacias e batalhões, e por mais de 49 mil pessoas. Até o momento, são mais de 10,5 milhões de boletins de ocorrências registrados e 1.241.171 procedimentos instaurados.



SECRETARIA
NACIONAL DE
SEGURANÇA PÚBLICA

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA





Fotos: Divulgação

FORÇA NACIONAL CONDUZIU 80 OPERAÇÕES E APREENDEU MAIS DE 10 TONELADAS DE DROGAS EM 2024

Entre as ações, destacam-se policiamento ostensivo, combate a incêndios e proteção a povos e terras indígenas. Ao final de 2024, a Força Nacional mantinha missões em 44 municípios, distribuídos em 12 estados brasileiros.

Em 2024, a Força Nacional de Segurança Pública conduziu 80 operações, que resultaram na apreensão de 22,7 toneladas de minério de ferro, 9,5 toneladas de maconha, 1,15 toneladas de cocaína, 37 mil maços de cigarros contrabandeados, 5,1 mil aparelhos eletrônicos e 1,1 mil unidades de munição, entre outros itens. Os agentes da corporação fizeram cerca de 270 mil abordagens a pessoas e a 86,7 mil a veículos.

A atuação da Força Nacional se deu em diferentes frentes, como na proteção de povos e terras indígenas, na preservação ambiental, no policiamento ostensivo, no combate a incêndios, na segurança de fronteiras, no apoio à Polícia Judiciária, na assistência humanitária e em atividades periciais.

Ela também desempenhou papéis fundamentais para a segurança pública do País, como no auxílio na captura dos foragidos da Penitenciária Federal de Mossoró, no Rio Grande do Norte (RN), em fevereiro; no apoio à Polícia Rodoviária Federal, no Rio de Janeiro (RJ); e na participação de operações de desintrusão de cinco territórios indígenas. Atualmente, os agentes estão destacados em 47 municípios de 11 estados brasileiros (veja o infográfico).

O efetivo da Força Nacional é composto por policiais militares, por policiais civis e por bombeiros militares. A atuação dela ocorre de acordo com a filosofia de Polícia Comunitária e uso escalonado da força. Isso significa que os agentes agem de acordo com as demandas dos cidadãos e para a difusão de uma cultura de paz e com respeito aos direitos humanos e à dignidade da pessoa.

O emprego da Força Nacional é feito mediante solicitação dos governos estaduais, dos órgãos federais ou de outras entidades que demandam apoio em situações críticas ou emergenciais. Os pedidos precisam ser encaminhados ao Ministério da Justiça e Segurança Pública que, por sua vez, é responsável pela análise e pela aprovação. O contingente atua de forma temporária, coordenada e em caráter suplementar às forças locais.

Para manter a qualidade técnica, todos os agentes mobilizados participam anualmente do curso de Instruções de Nivelamento e Conhecimento, onde são capacitados a operar com armas letais e não letais e como se comportar nos mais diversos biomas do Brasil. Em 2024, 6 mil profissionais dos 27 entes federados participaram da capacitação. O treinamento também serve para igualar o nível dos novos agentes de acordo com as padronizações técnicas e táticas das missões.





MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA
GOVERNO FEDERAL
BRAZIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

FORÇA NACIONAL DE SEGURANÇA CHEGA A TERRAS INDÍGENAS NO EXTREMO SUL DA BAHIA

Os agentes foram enviados ao local em 29 de abril para proteger as terras indígenas Pataxó e Pataxó Hā Hā Hāe, que enfrentam disputas relacionadas à delimitação territorial

As equipes da Força Nacional de Segurança Pública chegaram, no dia 29 de abril, às terras indígenas Pataxó e Pataxó Hā Hā Hāe, no extremo sul da Bahia (BA). A operação foi realizada em apoio à Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai). Logo após a chegada, as equipes se reuniram com representantes da Funai para definir os ajustes estratégicos, operacionais e logísticos necessários à execução dos trabalhos.

A atuação da Força Nacional na região tem como objetivo preservar a ordem pública, proteger o patrimônio e garantir a segurança das comunidades tradicionais. As terras indígenas vêm enfrentando disputas relacionadas à delimitação territorial, além da presença de grupos ligados ao crime organizado no local.

"A chegada da Força Nacional é fundamental para garantir a segurança e assegurar a ordem pública em uma região historicamente marcada por conflitos. A atuação das equipes demonstra o empenho da Senasp em proteger a população vulnerabilizada e apoiar a Funai no fortalecimento da presença do Estado na área", destaca o Secretário Nacional de Segurança Pública, Mario Sarrubbo.

O trabalho das equipes contará com o apoio logístico da Funai, responsável por fornecer a infraestrutura necessária às atividades. O contingente mobilizado seguirá o planejamento estabelecido pela FNSP, da Senasp e do MJSP, em articulação com os órgãos de segurança pública da Bahia, sob a coordenação da Polícia Federal.

Por questões de segurança dos agentes e das comunidades indígenas, o número de efetivos empregados na operação não será divulgado.

LEWANDOWSKI ENVIA FORÇA NACIONAL A PORTO VELHO PARA REFORÇAR SEGURANÇA PÚBLICA

Efetivo atuou por 90 dias em apoio aos órgãos de segurança estaduais para restaurar a ordem pública após ataques aos ônibus na capital de Rondônia

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, autorizou o emprego da Força Nacional de Segurança Pública em Porto Velho (RO), por meio da Portaria do MJSP nº 853/2025, publicada em 14 de janeiro. O efetivo atuou em apoio aos órgãos de segurança pública estaduais, com o objetivo de preservar a ordem pública e garantir a segurança das pessoas e do patrimônio.

A medida foi adotada em resposta aos incidentes registrados na capital, que resultaram na interrupção das linhas de ônibus, após veículos de transporte coletivo serem incendiados. A portaria estabeleceu o emprego da tropa por um período de 90 dias.

O quantitativo de profissionais empregados seguiu ao planejamento definido pela Força Nacional de Segurança Pública, da Secretaria Nacional de Segurança Pública, do MJSP. Vale destacar que agentes da Força Nacional já estavam atuando no estado desde setembro de 2024 em ação de combate a queimadas e crimes ambientais.

No dia 14 de janeiro, a capital de Rondônia, Porto Velho, amanheceu sem transporte coletivo após uma série de ataques de incêndios a ônibus. Os atos resultaram na paralisação completa do serviço e deixaram milhares de passageiros sem opção de deslocamento. A presença da Força Nacional foi fundamental para o reforço imediato do efetivo local e para a rápida restauração da ordem pública.



SENASP²⁰²⁵

SECRETARIA
NACIONAL DE
SEGURANÇA PÚBLICA

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

GOVERNO DO
BRAZIL
DO LADO DO Povo BRASILEIRO





INSTRUÇÃO DE NIVELAMENTO DA FORÇA NACIONAL CAPACITOU MAIS DE 500 PROFISSIONAIS EM 2025

A 5ª edição da Capacitação deste ano teve início no dia 9 de maio, em Brasília (DF). O Curso reúne agentes da ativa e da reserva remunerada

A Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) recrutou mais de 500 profissionais do Sistema Único de Segurança Pública (Susp) ao longo das cinco edições da Instrução de Nivelamento de Conhecimento (INC) realizadas em 2025. No dia 9 de maio, uma nova turma teve início em Brasília (DF).

As INCs são atividades de formação para profissionais que vão atuar em missões da Força Nacional pelo Brasil e têm como objetivo padronizar procedimentos, atualizar conhecimentos técnicos e operacionais e preparar os profissionais para atuar de forma integrada, independentemente da unidade da Federação de origem. Três edições ocorreram em Brasília (DF), uma em Cruzeiro do Sul (AC) e uma em Macapá (AP).

De acordo com o secretário Nacional de Segurança Pública, Mario Sarrubbo, investir em qualificação é investir na excelência da segurança pública e na proteção do cidadão brasileiro. "As INCs asseguram que os profissionais mobilizados estejam preparados para atuar de forma técnica, moderna e alinhada aos princípios da legalidade", afirma.

Durante as INCs, policiais, bombeiros, peritos e papiloscopistas passam por treinamentos práticos e teóricos de técnicas de abordagem e patrulhamento;

direitos humanos e uso da força; operações em ambiente urbano e rural; normas de conduta; e atendimento tático pré-hospitalar.

Essas instruções são fundamentais para garantir que todos os integrantes da corporação atuem com coerência, segurança e respeito aos protocolos nacionais, especialmente em situações de crise, calamidade pública ou apoio a operações estaduais.

A capacitação é obrigatória para o ingresso na Força Nacional e tem como foco preparar os agentes para atuarem em operações de apoio à segurança pública em qualquer parte do território brasileiro.

Ao final de cada formação, os profissionais estão aptos a atuar em contextos de alta complexidade, como operações ambientais, defesa civil, combate ao crime organizado, proteção de comunidades indígenas, combate a incêndios florestais e ações integradas interestaduais.



Fotos: Robson Alves/MJSP



SENASP²⁰²⁵

SECRETARIA
NACIONAL DE
SEGURANÇA PÚBLICA

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO Povo BRASILEIRO





Foto: Divulgação

CANAL ESCOLA SEGURA

Dentre as atribuições e temáticas de acompanhamento no âmbito da Segurança Pública, a Coordenação de Inteligência realiza a recepção, o processamento e a difusão das denúncias recebidas no canal Escola Segura do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

O QUE É E QUANDO FOI CRIADO O CANAL DE DENÚNCIAS ESCOLA SEGURA?

O canal Escola Segura, criado em parceria com a SaferNet Brasil, foi disponibilizado em 06 abril de 2023, é um portal exclusivo para a população denunciar situações que apresentam ameaças ou a intenção de indivíduos ou grupos de praticar violência em ambiente escolar.

QUAL O VOLUME DE DENÚNCIAS RECEBIDO PELO CANAL DESDE QUE FOI IMPLEMENTADO?

No período de 06/04/2023 a 31/04/2025, pouco mais de 2 (dois) anos da implementação do canal de denúncias Escola Segura do Ministério da Justiça o portal recebeu 11.991 (onze mil novecentas e noventa e uma) denúncias. É oportuno mencionar que o número de denúncias genéricas e de assuntos diversos ultrapassa exponencialmente o número de denúncias sobre ameaças às escolas.

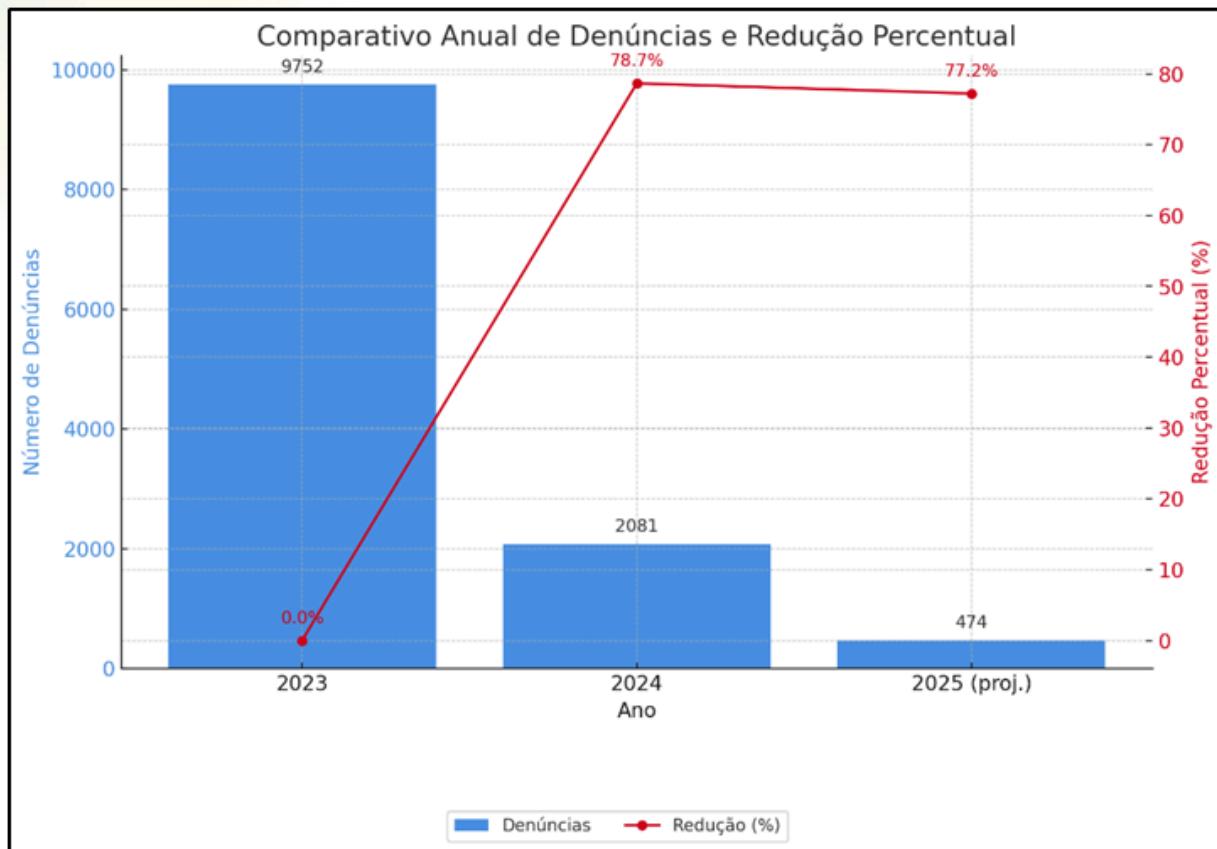
O QUE É FEITO COM OS CONTEÚDOS RECEBIDOS NO CANAL DA ESCOLA SEGURA?

Todas as denúncias recebidas no canal Escola Segura são analisadas individualmente por profissionais da área de Inteligência de Segurança Pública. O conteúdo reportado é avaliado e processado, de modo a compreender a gravidade e a urgência que as informações apresentam. Em seguida, as informações são formalizadas por meio de um documento de inteligência, garantindo o registro e o encaminhamento adequado às Agências de Inteligência estaduais e de outros órgãos, de modo a adotarem ações de prevenção e investigação, conforme suas competências.



A QUE SE DEVE A QUEDA EXPRESSIVA NO NÚMERO DE DENÚNCIAS EM 2024 E 2025?

Verificou-se que, de 2023 para 2024, houve uma redução de 78,7% no número de denúncias registradas no canal Escola Segura. Destaca-se, ainda, que no comparativo entre os meses de janeiro a março de 2024 e o mesmo período de 2025, essa tendência de queda se manteve, com uma diminuição expressiva de aproximadamente 77,2% nas comunicações recebidas.



A redução no número de denúncias registradas no canal Escola Segura ao longo de 2024 e no início de 2025 decorre de um conjunto de fatores interligados. Trata-se de um fenômeno multifatorial, que pode refletir desde o fortalecimento de ações preventivas nas escolas e nas redes sociais, mudanças no comportamento online de adolescentes, até alterações nos padrões de uso do canal pela população e nas dinâmicas de comunicação de possíveis ameaças.

Adicionalmente, destaca-se o impacto de campanhas de conscientização, o aprimoramento dos fluxos locais de resposta e o trabalho integrado das forças de segurança pública. Apesar disso, o Ministério da Justiça ressalta que os dados devem ser analisados com cautela e sempre considerados em seu contexto, evitando conclusões simplificadas sobre o aumento ou a redução de riscos.

O volume e o conteúdo das denúncias recebidas no âmbito da Operação Escola Segura demonstraram que a sociedade comprehende a importância de participar e auxiliar as forças de segurança pública na prevenção de crimes que possam comprometer a segurança e integridade física da comunidade escolar.

ONDE ENCONTRO O AMBIENTE DO CANAL ESCOLA SEGURA PARA REALIZAR UMA DENÚNCIA?

O canal de denúncias da Operação Escola Segura, criado em parceria com a SaferNet Brasil, é permanente, não exige cadastro prévio ou identificação do comunicante, e está disponível no link < <https://www.gov.br/mj/pt-br/canais-de-denuncias/escolasegura> >.





Fotos: Divulgação

I ENCONTRO TÉCNICO PROJETO CAPTURA BUSCA FORTALECER A COOPERAÇÃO ENTRE OS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

A Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Senasp/MJSP), sob a liderança da Diretoria de Operações Integradas e de Inteligência, promoveu o I Encontro Técnico do Projeto Captura, nos dias 1º e 2 de abril de 2025, na cidade do Rio de Janeiro/RJ. O evento contou com a participação dos representantes das 27 unidades da Federação, bem como de diversas autoridades.

O principal objetivo do referido encontro foi a discussão acerca da criação do sítio eletrônico no portal do MJSP, destinado à divulgação, em âmbito nacional, de indivíduos cuja prisão seja considerada estratégica para o combate às organizações criminosas no país, conforme estabelecido na Portaria MJSP nº 570, de 21 de dezembro de 2023.

Além disso, debateu-se a implantação da primeira Célula Integrada de Localização e Captura de Foragidos, uma estrutura essencial para otimizar as operações integradas de cumprimento de mandados de prisão. Essa iniciativa busca fortalecer a cooperação entre os órgãos de segurança pública estaduais e federais, aprimorando estratégias voltadas à localização, monitoramento e captura de criminosos procurados.

O evento também incluiu palestras relevantes sobre temas relacionados à segurança pública nacional e à captura de indivíduos foragidos da Justiça.

Um dos momentos mais marcantes do encontro foi a roda de conversa mediada pelo diretor Rodney da Silva, representante da Senasp, na qual secretários Estaduais de Polícia Civil, Polícia Militar e Segurança Pública, juntamente com representante da Polícia Federal, participaram de diálogos enriquecedores sobre o tema.

A escolha do Estado do Rio de Janeiro como sede do evento e como o local de discussão para a criação da primeira Célula de Captura fundamentou-se em sua posição estratégica e na sua relevância no contexto da segurança pública nacional, visto que um número significativo de criminosos provenientes de outras unidades da Federação encontram-se homiziado (foragido) nesse estado.



II ENCONTRO TÉCNICO DA REDE NACIONAL DE OPERAÇÕES OSTENSIVAS ESPECIALIZADAS (RENOE)



Fotos: Divulgação

Representantes das Polícias Militares dos Estados e do Distrito Federal participaram dos dias 31 de março a 3 de abril, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, do 2º Encontro Técnico da Rede Nacional de Operações Ostensivas Especializadas (Renoe). O evento tem como objetivo fortalecer o combate às organizações criminosas por meio da integração entre as unidades especializadas da corporação.

Os policiais discutiram estratégias de repressão qualificada, focadas em desmantelar as estruturas criminosas com o apoio de outros órgãos de segurança pública. As principais atividades da Renoe incluem encontros técnicos, reuniões de alinhamento, operações integradas, capacitações, treinamentos, trocas de boas práticas, aquisições de equipamentos e criação de protocolos de atuação.

O encontro técnico da Renoe teve duração de quatro dias com palestras, visitas técnicas a unidades especializadas da PMERJ, e oficinas na temática de enfrentamento ao crime organizado.

II EDIÇÃO DA OPERAÇÃO RENOE FOCA NA APREENSÃO DE DROGAS E ERRADICAÇÃO DE PLANTIOS



Com a coordenação do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), as Polícias Militares dos estados da Região Nordeste realizaram, entre os dias 18 e 24 de março, a 2ª Operação da Rede Nacional de Operações Ostensivas Especializadas (Renoe), com foco na erradicação de plantios e apreensão de drogas.

Os resultados da ação foram divulgados no dia 27 de março: 511.260,00 pés de maconha foram erradicados, 230,47 kg de drogas e 29 armas de fogo apreendidos, além da prisão de 56 indivíduos. O prejuízo estimado ao crime organizado ultrapassa R\$ 153.378.000 milhões.

Para identificar os plantios de entorpecentes, as equipes policiais utilizaram o Programa Brasil Mais, ferramenta do MJSP voltada ao monitoramento de crimes ambientais, aplicada de forma estratégica no combate ao tráfico de drogas.

“O desempenho das Polícias Militares evidencia sua eficiência no enfrentamento ao narcotráfico. A expertise dos agentes possibilitou o uso tático do Programa Brasil Mais para localização de áreas de cultivo ilícito. A Senasp tem atuado de forma firme no fortalecimento institucional e na promoção de operações integradas por meio da Renoe”, destacou o diretor de Operações Integradas e de Inteligência (Diopi), Rodney da Silva.

A operação foi articulada pela Coordenação-Geral de Operações Integradas e Combate ao Crime Organizado (CGOI), por meio da Diopi, em parceria com a Diretoria de Gestão e Integração de Informações da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), do MJSP.



II ENCONTRO TÉCNICO DA REDE NACIONAL DE UNIDADES ESPECIALIZADAS DE ENFRENTAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS (RENORCRIM)

Entre os dias 11 e 13 de março, Brasília se tornou o palco do 2º Encontro Técnico da Rede Nacional de Unidades Especializadas de Enfrentamento das Organizações Criminosas (Renorcrim). O evento, que reuniu representantes das Polícias Civis e das Forças Integradas de Combate ao Crime Organizado (Ficcos), teve como principal objetivo a integração das instituições de segurança pública e a troca de conhecimentos para o combate eficaz ao crime organizado.

Durante os três dias de programação, os agentes participaram de diversas atividades, incluindo palestras, mesas-redondas e workshops. Os temas abordados incluíram novas tecnologias e metodologias de investigação, casos de sucesso no enfrentamento ao crime organizado, além dos desafios que as forças de segurança enfrentarão no futuro.



Fotos: Divulgação

II EDIÇÃO DA OPERAÇÃO RENORCRIM: ATIVIDADES RESULTAM NO BLOQUEIO DE BENS E NA DESCAPITALIZAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS

A segunda edição da Operação Renorcrim, realizada entre 1º de abril e 2 de maio de 2025, foi uma iniciativa nacional de enfrentamento às organizações criminosas. A operação foi articulada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), por meio da Coordenação-Geral de Operações Integradas e Combate ao Crime Organizado (Cgoi) da Diretoria de Operações Integradas e de Inteligência (Diopi), no âmbito da Rede Nacional de Enfrentamento das Organizações Criminosas (Renorcrim).

O ciclo de execução da operação foi caracterizado por ações operacionais realizadas pelas Unidades Especializadas de Combate ao Crime Organizado (Dracos/Deics/Congêneres) das Polícias Civis nas 27 Unidades da Federação. Essas ações incluíram o levantamento e cumprimento de mandados judiciais, bem como a localização de lideranças de facções criminosas com mandados de prisão em vigor. Adicionalmente, foram realizadas diligências, investigações patrimoniais e financeiras, além do mapeamento detalhado dos ativos das organizações criminosas. Essas atividades resultaram na elaboração de representações judiciais específicas, com o objetivo de bloquear bens e promover a descapitalização das organizações criminosas (Orcrims).

Os dados da operação Renorcrim ainda estão sendo contabilizados, mas até o momento já foram presas 376 pessoas, apreendidas 1.3 toneladas de drogas, 55 armas, cumpridos 408 mandados de busca e apreensão, com prejuízo na ordem de 27 milhões ao crime organizado.





OPERAÇÃO PROTETOR DE DIVISAS CONTRA O CRIME TRANSNACIONAL

Foto: Divulgação

A Operação Protetor das Divisas e Fronteiras, originária da Operação Hórus, é uma iniciativa do Ministério da Justiça e Segurança Pública com o objetivo de reforçar a segurança nas divisas e fronteiras terrestres do Brasil e combater o crime transnacional. Ela atua no enfrentamento ao tráfico de drogas, armas, contrabando e outros delitos ligados à criminalidade organizada que ocorre ao longo das divisas e fronteiras do país.

DADOS ATUALIZADOS (JANEIRO A ABRIL 2025)

ESTADOS PARTICIPANTES

- Prejuízo ao crime organizado:** R\$ 947.863.966,34 (Divisas e fronteiras).
- Drogas apreendidas:** 205.552,36 kg (Divisas e fronteiras).
- Prisão de criminosos:** 1.509 pessoas presas (Divisas e fronteiras).
- Armas de fogo apreendidas:** 403 armas (Divisas e fronteiras).
- Cigarros:** Foram apreendidos 4.986.406 maços de cigarro (Divisas e fronteiras).
- Agrotóxicos (kg/l):** 36.497 kg/l (Divisas e fronteiras).

A operação ocorre em 14 estados estratégicos, organizados em quatro arcos de atuação:

- Arco Norte:** Amazonas (AM), Acre (AC), Roraima (RR), Amapá (AP), Pará (PA).
- Arco Central:** Mato Grosso (MT), Mato Grosso do Sul (MS), Rondônia (RO).
- Arco Sul:** Paraná (PR), Santa Catarina (SC), Rio Grande do Sul (RS).
- Arco Divisas:** Goiás (GO), Tocantins (TO), Rio Grande do Norte (RN) (Divisas e fronteiras).

COMO A OPERAÇÃO FUNCIONA

A Operação Protetor atua de maneira permanente e integrada, contando com a colaboração das seguintes forças:

- Permanentes com subsídio de diárias: Polícia Militar, Civil e perícia. Aproximadamente R\$ 30.395.347,50 (janeiro a abril 2025);
- Apoio: Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, além do Exército Brasileiro e da Receita Federal

Ocorrências de destaque

Operação Protetor das Divisas e Fronteiras: forças de segurança apreendem drogas, armas e munições no Rio Solimões (AM)

Em 23 de fevereiro de 2025, uma operação integrada no âmbito da Operação Protetor das Divisas e da Operação Fronteira Mais Segura resultou em uma grande apreensão de entorpecentes, armas e munições no Rio Solimões, nas proximidades do município de Iranduba, no Amazonas.

A ação foi conduzida pela Companhia de Operações Especiais da Polícia Militar do Amazonas (COE/PMAM) em conjunto com a Força Integrada de Combate ao Crime Organizado do Amazonas (FICCO/AM), com apoio da Secretaria de Segurança Pública do Amazonas (SSP-AM) e da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (SENASA/MJSP).

Após receber denúncias e realizar trabalho de inteligência, as equipes da COE localizaram uma embarcação tipo lancha transportando grande quantidade de entorpecentes e armamentos. Durante a abordagem, os ocupantes da embarcação efetuaram disparos contra os agentes, que revidaram a injusta agressão. Na tentativa de fuga pela água, os criminosos abandonaram o barco e a carga ilícita.

Foram apreendidos:

**1.986,1 KG DE MACONHA TIPO SKUNK;
02 FUZIS AM-15 CALIBRE .223 REM;
02 ESPINGARDAS CALIBRE 12 ATTACK MAGNUM FX-3;
67 MUNIÇÕES CALIBRE 12;
218 MUNIÇÕES CALIBRE 5,56;
03 MOTORES DE POPA SUZUKI 250 HP;
59.000 PESOS COLOMBIANOS EM ESPÉCIE;
01 LANCHAS DE ALUMÍNIO DE APROXIMADAMENTE 10 METROS.**

PREJUÍZO ESTIMADO AO CRIME: R\$ 39.892.082,60.



Foto: Divulgação



Operação Protetor das Divisas e Fronteiras: forças de segurança apreendem quase duas toneladas de drogas no Rio Solimões (AM)

No dia 24 de março de 2025, durante patrulhamento fluvial no Rio Solimões, zona rural do município de Fonte Boa (AM), forças de segurança pública realizaram a apreensão de uma grande quantidade de entorpecentes no âmbito da Operação Protetor das Divisas e Fronteiras, coordenada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASA/P/MJSP), em conjunto com a Operação Fronteira Mais Segura da SSP-AM e o Programa Nacional de Enfrentamento às Organizações Criminosas (ENFOC).

A ação foi conduzida por policiais militares do 3º BPM de Tefé e do 5º BPM de Coari, sob o comando do Tenente-Coronel Pedro Moreira. A equipe, que realizava patrulhamento na lancha Amarun, avistou uma embarcação de cor branca com lona azul trafegando em alta velocidade. Ao tentarem realizar a abordagem, os ocupantes da lancha efetuaram disparos de arma de fogo contra os policiais, que revidaram a injusta agressão.

Na tentativa de fuga, os criminosos jogaram a embarcação em uma área de mata alagada, colidindo contra um tronco de árvore, o que fez com que os motores de popa fossem perdidos na água. Os ocupantes da lancha fugiram nadando e não foram localizados.

Após a contenção da situação, os policiais encontraram no convés da embarcação diversos sacos de fibra contendo entorpecentes. O material apreendido foi encaminhado, com apoio de policiais do 6º GPM de Fonte Boa, ao 55º Distrito Integrado de Polícia (DIP) da cidade.

Foram apreendidos:

**1.915 KG DE MACONHA TIPO SKUNK;
17 KG DE CLORIDRATO DE COCAÍNA (PÓ);
5 KG DE PASTA BASE DE COCAÍNA;**

01 BOTE DE ALUMÍNIO DE APROXIMADAMENTE 7 METROS (SEM OS MOTORES DE POPA).

PREJUÍZO ESTIMADO AO CRIME ORGANIZADO: APROXIMADAMENTE R\$ 39.825.000,00.



Foto: Divulgação

Operação Protetor das Divisas e Fronteiras resulta em grande apreensão de drogas em Mato Grosso



Foto: Divulgação

No dia 16 de janeiro de 2025, uma ação integrada no âmbito da Operação Protetor das Divisas e Fronteiras, coordenada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (DIOPI/SENASP/MJSP), resultou em uma das maiores apreensões de drogas do ano no Estado de Mato Grosso. A operação contou com o apoio da Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESP-MT), do Grupo Especial de Fronteira (GEFRON), da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), do Exército Brasileiro, da Polícia Militar do Mato Grosso (6º e 12º Comandos Regionais) e da Força Tática de Pontes e Lacerda.

Em atuação de inteligência voltada ao combate ao tráfico transfronteiriço entre Brasil e Bolívia, as forças de segurança localizaram aproximadamente uma tonelada de cloridrato de cocaína escondida em uma residência no município de Pontes e Lacerda/MT.

Durante a operação, foram apreendidos:

**1.003,950 KG DE CLORIDRATO DE COCAÍNA;
01 CHEVROLET S10, MODELO 2021/2022, AVALIADA EM R\$ 168.700,00;
R\$ 1.000,00 EM ESPÉCIE.**

O PREJUÍZO CAUSADO AO CRIME ORGANIZADO FOI ESTIMADO EM APROXIMADAMENTE R\$ 25.099.750,00.

Dois homens, ambos sem antecedentes criminais, foram presos em flagrante e encaminhados à Delegacia de Polícia Civil de Pontes e Lacerda para as providências legais.

A Operação Protetor das Divisas e Fronteiras reforça a atuação integrada das forças de segurança no combate aos crimes transfronteiriços, contribuindo para a proteção das divisas nacionais e para a repressão ao tráfico de drogas em território brasileiro.

PMPR e BPFRON realizam grande apreensão de drogas e armas durante a Operação Protetor das Divisas e Fronteiras no Paraná



Foto: Divulgação

No sábado, 15 de março de 2025, a Polícia Militar do Paraná (PMPR), por meio do Batalhão de Polícia de Fronteira (BPFRON) e do 31º Batalhão de Polícia Militar (BPM), realizou uma importante operação no município de Assis Chateaubriand, no oeste do Estado, no âmbito da Operação Protetor das Divisas e Fronteiras, coordenada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP).

Após informações recebidas pela equipe de Operações com Cães da 4ª Companhia do BPFRON, apontando intensa movimentação de veículos em uma propriedade rural às margens da estrada Vacilio Boiko, policiais deslocaram-se até o local para averiguação. No imóvel, que estava abandonado e sem cercas ou porteiros, foram encontrados vestígios de atividade recente, como rastros de veículos e ferramentas cobertas de terra.

Com o auxílio do cão farejador "Nero", a equipe localizou uma caixa de água enterrada no solo, utilizada como esconderijo para drogas e armamentos. Após escavação, foram apreendidos:

**210,200 KG DE HAXIXE (AVALIADOS EM R\$ 12.612.000,00);
2.015,300 KG DE MACONHA (AVALIADOS EM R\$ 4.030.600,00);
01 FUZIL CALIBRE 7.62 COM DOIS CARREGADORES (AVALIADO EM R\$ 34.000,00);
1.675 MUNIÇÕES CALIBRE 7.62 (AVALIADAS EM R\$ 21.775,00);
200 MUNIÇÕES CALIBRE 5.56 (AVALIADAS EM R\$ 3.600,00);
01 ESPINGARDA DE PRESSÃO CBC (AVALIADA EM R\$ 400,00).**

O PREJUÍZO ESTIMADO AO CRIME FOI DE APROXIMADAMENTE R\$ 16.702.375,00.

Apesar das diligências realizadas com o apoio de outras equipes do BPFRON, nenhum suspeito foi localizado no momento da operação. Todos os materiais apreendidos foram levados para a 4ª Companhia do BPFRON em Umuarama para pesagem e posterior entrega na 48ª Delegacia de Polícia Civil de Assis Chateaubriand.

Operação Protetor das Divisas e Fronteiras: PMPR e BPFRON realizam grande apreensão de drogas em Iporã (PR)

Na madrugada de 11 de fevereiro de 2025, durante ações da Operação Protetor das Divisas e Fronteiras, a Polícia Militar do Paraná (PMPR), por meio do Batalhão de Polícia de Fronteira (BPFRON), realizou uma expressiva apreensão de entorpecentes na área rural de Iporã, no noroeste do Estado.

Munidos de informações de inteligência, que apontavam intensa movimentação noturna de veículos em meio a uma área de mata próxima ao trevo de Vila Nilsa, as equipes da 4ª Companhia do BPFRON iniciaram buscas no local. Durante a varredura, os policiais localizaram dois depósitos clandestinos: o primeiro, contendo diversos volumes de substância análoga a crack; e o segundo, com grandes quantidades de substância análoga à maconha, ambos cobertos com lonas.

Apesar das diligências, nenhum responsável pela carga ilícita foi localizado. As drogas foram retiradas da mata com o apoio de viaturas guincho e encaminhadas à sede da 4ª Companhia do BPFRON para pesagem e registro da ocorrência.

No total, foram apreendidos:

**535,00 KG DE SUBSTÂNCIA ANÁLOGA A CRACK (AVALIADOS EM R\$ 10.700.000,00);
3.000,00 KG DE SUBSTÂNCIA ANÁLOGA À MACONHA (AVALIADOS EM R\$ 6.000.000,00).**

PREJUÍZO ESTIMADO AO CRIME: R\$ 17.700.000,00.



Foto: Divulgação

Posteriormente, todo o material foi entregue na Delegacia de Polícia Civil de Iporã para as providências cabíveis.

A ação reforça a importância da Operação Protetor das Divisas e Fronteiras, coordenada pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, no enfrentamento ao tráfico de drogas e outros crimes transfronteiriços, fortalecendo a segurança nas regiões de divisa do País.



Operação Protetor das Divisas e Fronteiras: Forças de segurança apreendem mais de 750 kg de cocaína em Cáceres (MT)

Foto: Divulgação

Na manhã do dia 28 de janeiro de 2025, uma operação integrada no âmbito da Operação Protetor das Divisas e Fronteiras resultou na apreensão de uma carga expressiva de entorpecentes no Distrito de Caramujo, em Cáceres (MT). A ação contou com a participação do GEFRON, CANILFRON, Polícia Militar do Mato Grosso (6º e 12º Comandos Regionais), Força Tática, Polícia Federal, PM de Goiás e integrantes do 24º Curso de Operações de Inteligência da PMGO, com coordenação do Ministério da Justiça e Segurança Pública (DIOPI/SENASP/MJSP) e apoio da SESP/MT.

Durante patrulhamento na rodovia BR-070, a equipe do GEFRON/CANILFRON identificou um caminhão com sinais de adulteração na placa traseira. Após abordagem e verificação detalhada do veículo, os agentes notaram indícios de alteração no lacre da carga transportada. Com o auxílio da cedula farejadora "Haika", foi localizada uma quantidade significativa de droga escondida no compartimento frigorífico do caminhão.

Ao todo, foram apreendidos:



527 TABLETES DE SUBSTÂNCIA ANÁLOGA A PASTA BASE DE COCAÍNA (545,700 KG) – AVALIADA EM R\$ 9.822.600,00;

230 TABLETES DE SUBSTÂNCIA ANÁLOGA A CLORIDRATO DE COCAÍNA (252,500 KG) – AVALIADA EM R\$ 6.312.500,00;

01 CAMINHÃO TRATOR MAN/TGX 28.440 (ANO 2020) – ESTIMADO EM R\$ 375.000,00;

01 CÂMARA FRIA (ANO 2012) – AVALIADA EM R\$ 170.000,00.

PREJUÍZO ESTIMADO AO CRIME: R\$ 16.680.100,00.

O condutor do veículo, um homem sem antecedentes criminais, foi preso em flagrante e encaminhado juntamente com os materiais apreendidos à Delegacia da Polícia Federal em Cáceres para os procedimentos legais.

A Operação Protetor das Divisas e Fronteiras reforça o compromisso das forças de segurança no combate aos crimes transfronteiriços, especialmente o tráfico internacional de drogas, que impacta diretamente a segurança pública nas regiões de divisa entre o Brasil e países vizinhos.



Operação Protetor das Divisas e Fronteiras: Polícia apreende mais de 7 toneladas de maconha em Aral Moreira (MS)



Durante ação da Operação Protetor das Divisas e Fronteiras, uma equipe da força-tarefa integrada apreendeu, no dia 9 de março de 2025, 7.740 kg de maconha no município de Aral Moreira, região de fronteira com o Paraguai, no Estado do Mato Grosso do Sul.

A ação ocorreu por volta das 10h40 e foi conduzida pela equipe Black Hanj/F-3, no contexto de reforço às atividades de fiscalização e repressão ao tráfico de drogas e demais crimes transfronteiriços. A droga estava escondida em um cavalo acoplado a um semi-reboque, que foi abordado em um ponto estratégico da região.

Um homem foi preso em flagrante e encaminhado para a Delegacia Especializada de Repressão aos Crimes de Fronteira (DEFRON), onde foram adotadas as medidas legais cabíveis.



Segundo estimativas, o prejuízo causado ao crime organizado foi de aproximadamente R\$ 15.830.000,00.

Fotos: Divulgação



Operação Protetor das Divisas e Fronteiras: DOF apreende mais de 7 toneladas de maconha em Japorã (MS)

No dia 19 de março de 2025, uma equipe do Departamento de Operações de Fronteira (DOF), vinculado à Secretaria de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso do Sul (SEJUSP/MS), apreendeu 7.570 kg de maconha durante uma ação da Operação Protetor das Divisas e Fronteiras, coordenada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP/MJSP).

A apreensão ocorreu por volta das 13h, na rodovia MS-180, nas proximidades do "Bar da Gorda", no município de Japorã (MS), região de fronteira com o Paraguai. A equipe Itália/F-1 realizava patrulhamento na região quando abordou um conjunto veicular composto por um caminhão Scania 124 e um semirreboque Rodolinea.

Durante a fiscalização, os policiais identificaram compartimentos ocultos contendo grande quantidade de entorpecentes. O condutor do veículo, um homem de 29 anos, foi preso em flagrante.

A droga, o veículo e o autor foram encaminhados à Delegacia Especializada de Repressão aos Crimes de Fronteira (DEFRON) para os procedimentos legais.

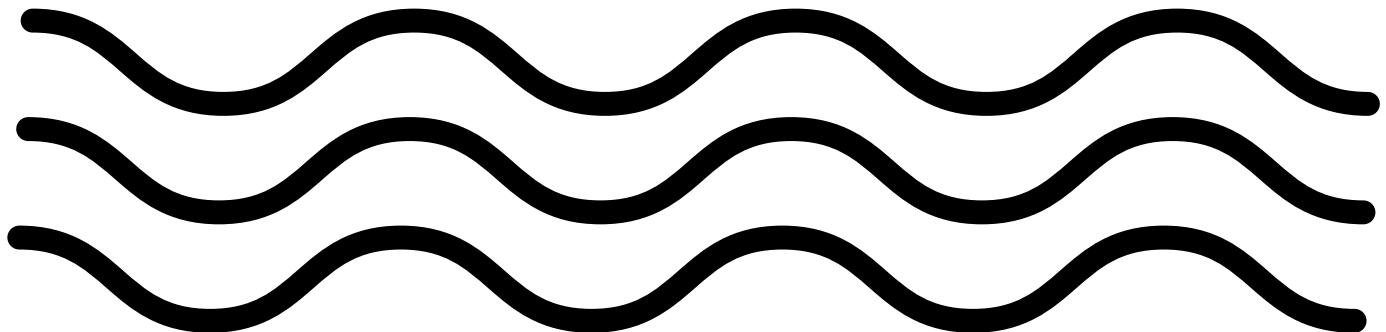


Foto: Divulgação

PREJUÍZO ESTIMADO AO CRIME ORGANIZADO: R\$ 15.320.000,00.



Operação Protetor das Divisas e Fronteiras: Polícia apreende mais de 270 kg de drogas em caminhão de mudanças em Ariquemes (RO)

Durante ações da Operação Protetor das Divisas e Fronteiras, no dia 10 de março de 2025, forças de segurança interceptaram e apreenderam 270,455 kg de drogas em Ariquemes (RO), na rodovia BR-364, sentido Jaru. A operação integra o esforço nacional coordenado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) para o fortalecimento da repressão aos crimes transfronteiriços e interestaduais.



Fotos: Divulgação

A abordagem ocorreu por volta das 2h40, após informações de inteligência indicarem que drogas oriundas do município de Guajará-Mirim (RO) estavam sendo transportadas para Marabá (PA), Recife (PE) e Natal (RN) em um caminhão de mudanças. Durante a fiscalização, foi identificado o veículo e realizado o flagrante.

Foram apreendidos:

**27,905 KG DE SKANK;
242,550 KG DE COCAÍNA;
01 CAMINHÃO TRATOR;
01 SEMI-REBOQUE BAÚ.**

**PREJUÍZO ESTIMADO AO
CRIME ORGANIZADO: R\$
12.688.742,00.**





SENASP ATUA NA OPERAÇÃO DE SEGURANÇA DA REUNIÃO DE CHANCELERES DO BRICS BRASIL 2025

Fotos: Divulgação

Nos dias 28 e 29 de abril, a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp/MJSP) participou ativamente da operação de segurança da Reunião de Chanceleres do BRICS Brasil 2025, realizada no Palácio Itamaraty, na cidade do Rio de Janeiro (RJ).

Como parte da estratégia de segurança do evento, foi ativado o Comitê Executivo de Segurança Integrada Regional (CESIR), instalado no Centro Integrado de Comando e Controle (CICC) da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ). Paralelamente, foi instalada a Coordenação de Área de Segurança Pública (CASP) nas dependências do Palácio Itamaraty, garantindo a articulação direta com o centro de decisões diplomáticas.

As reuniões de alinhamento no CESIR foram iniciadas no dia 25 de abril, reunindo representantes de todas as instituições, órgãos e agências envolvidas na operação, em uma atuação integrada e coordenada.

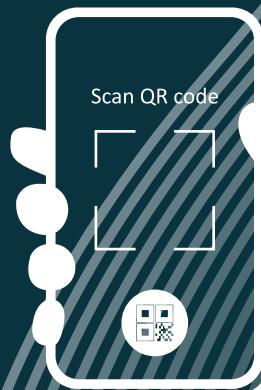
A operação transcorreu com êxito, dentro da normalidade e sem registros de incidentes, em conformidade com o Plano Estratégico Integrado de Segurança (PEIS) e o Plano de Atuação Integrada (PAI), reafirmando o compromisso da Senasp com a excelência na coordenação de ações de segurança pública em grandes eventos internacionais.



SENASA

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

www.gov.br/senasp



SECRETARIA
NACIONAL DE
SEGURANÇA PÚBLICA

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO